



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Instituto de Letras

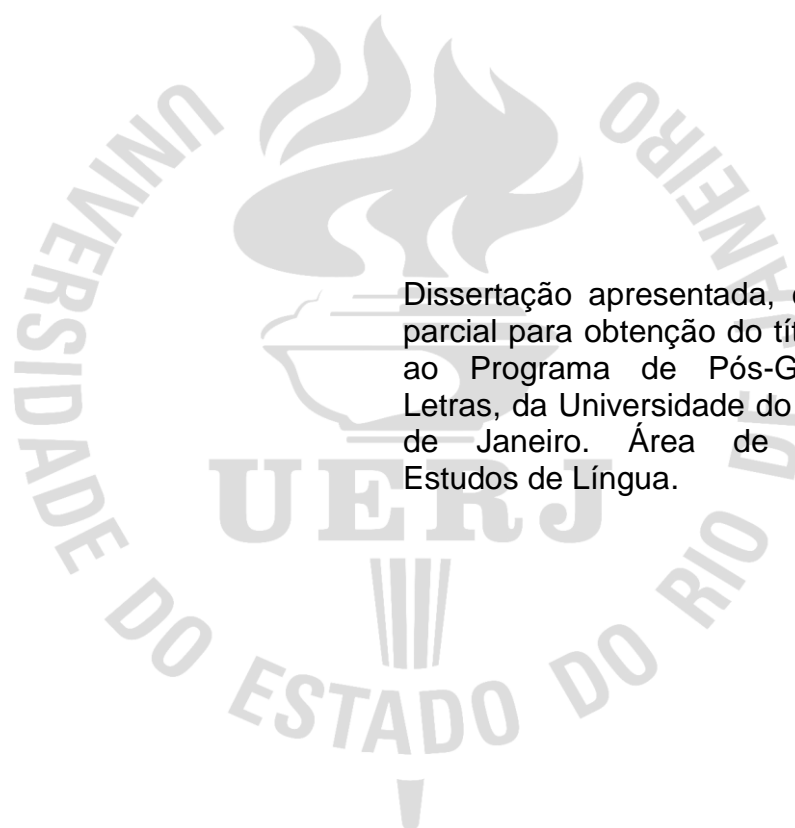
Victor Hugo do Nascimento Vasconcelos

**Livros e armas: cartografia de práticas discursivas de controle da
leitura na ascensão da extrema-direita no Brasil**

Rio de Janeiro
2022

Victor Hugo do Nascimento Vasconcelos

**Livros e armas: cartografia de práticas discursivas de controle da leitura na
ascensão da extrema-direita no Brasil**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Estudos de Língua.

Orientador: Prof. Dr. Décio Orlando Soares da Rocha

Rio de Janeiro

2022

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/B

V331 Vasconcelos, Victor Hugo do Nascimento.
Livros e armas: cartografia de práticas discursivas de controle da leitura na ascensão da extrema-direita no Brasil / Victor Hugo do Nascimento Vasconcelos. – 2022.
87 f.: il.

Orientador: Décio Orlando Soares da Rocha.
Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Letras.

1. Livros e leitura – Brasil – Teses. 2. Livros – Censura – Teses. 3. Análise do discurso – Teses. 4. Leitura – Aspectos políticos – Teses. I. Rocha, Décio Orlando Soares da. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras. III. Título.

CDU 002:028.6(81)

Bibliotecária: Eliane de Almeida Prata. CRB7 4578/94

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Victor Hugo do Nascimento Vasconcelos

**Livros e armas: cartografia de práticas discursivas de controle da leitura na
ascensão da extrema-direita no Brasil**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Estudos de Língua.

Aprovada em 30 de novembro de 2022.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Décio Orlando Soares da Rocha (Orientador)
Instituto de Letras - UERJ

Prof^a. Dra. Poliana Coeli Costa Arantes
Instituto de Letras - UERJ

Prof^a. Dra. Maria Cristina Giorgi
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca

Rio de Janeiro
2022

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho aos meus pais, Erenice (Ncinha) e Gibson (Gibinho).

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Nicinha e Gibinho, meu bem mais valioso nesta vida, por todo o amor, carinho e motivação até aqui. Amo muito vocês.

Aos meus amigos que me apoiaram durante toda essa jornada, muito obrigado por toda a ajuda, força e palavras de incentivo. Contem comigo sempre.

Aos colegas do grupo de pesquisa em Análise Cartográfica do Discurso, incluindo meu orientador, Décio Rocha. Sem vocês esse trabalho não existiria.

Tudo o que temos que decidir é o que fazer com o tempo que nos é dado.

J.R.R. Tolkien

RESUMO

VASCONCELOS, Victor Hugo do Nascimento. *Livros e armas: cartografia de práticas discursivas de controle da leitura na ascensão da extrema-direita no Brasil*. 2022. 87 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

O objetivo desta pesquisa é investigar a produção de sentidos sobre o livro e a leitura no Brasil, a partir da ascensão da extrema-direita ao poder com a vitória de Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2018. Para isso, são analisados materiais sobre três temas principais: relações entre leitura e política no Brasil; a proposta de tributação do livro apresentada pela equipe econômica de Bolsonaro; e episódios de censura ao livro ocorridos na Bienal do Livro do Rio de Janeiro e na biblioteca da Fundação Cultural Palmares. A pesquisa foi realizada na perspectiva dos estudos discursivos, a partir de conceitos teóricos como cartografia, discurso, poder, dissimetria entre enunciados e negação polêmica. Os resultados indicam uma intensificação das práticas de controle da leitura e censura ao livro no país entre 2018 e 2022, durante o período de governo de Bolsonaro. A relevância social do trabalho se fundamenta na necessidade de investigar os processos de produção de sentidos que permeiam práticas discursivas sobre o livro e a leitura no Brasil, contribuindo para os debates sobre o planejamento de políticas públicas de combate à censura, fomento à leitura e o fortalecimento das bibliotecas no país.

Palavras-chave: Livro. Leitura. Censura. Análise do discurso. Cartografia.

ABSTRACT

VASCONCELOS, Victor Hugo do Nascimento. *Books and weapons: cartography of discursive practices of reading control in the rise of the far-right wing in Brazil*. 2022. 87 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

The objective of this research is to investigate the production of meanings about the book and reading in Brazil, starting with the ascension of the far-right wing to power with the victory of Jair Bolsonaro during the presidential elections of 2018. To this end, materials about three principal topics are being analyzed: the relationship between politics and reading in Brazil; the proposal of book taxation presented by Bolsonaro's economical team; and episodes of book censorship that occurred during the Biyearly Book Fair of Rio de Janeiro and in the library of the Cultural Foundation Palmares. The research happened under the perspective of discourse studies, using theoretical concepts like cartography, discourse, power, dissymmetry between statements and polemic negation. The results indicate an intensification of control practices towards reading and occurrence of book censorship in the country between 2018 and 2022, i.e., during Bolsonaro's term as president. The social relevance of this work is based on the need to investigate the processes of meaning production that permeate discourse practices about books and reading in Brazil, contributing to the debates about the planning of public policies against censorship, towards the promotion of reading and the strengthening of libraries in the country.

Keywords: Book. Reading. Censorship. Discourse analysis. Cartography.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	9
1	LEITURA E POLÍTICA: O LIVRO NAS ELEIÇÕES DE 2018	22
1.1	O livro e a leitura no Brasil	22
1.2	Eleições presidenciais de 2018	26
1.3	Análises: Lei nº 12.244; Livros e eleitores em 2018	29
1.3.1	<u>Processo de produção de cópuz</u>	29
1.3.2	<u>Lei da Biblioteca Escolar: aniversário de dez anos no Twitter</u>	33
1.3.3	<u>Eleições de 2018: eleitores e apropriações políticas do livro</u>	41
2	QUEM PODE LER? CONTROLE DA LEITURA E CLASSE SOCIAL	44
2.1	Relações entre leitura e classe social	44
2.2	O projeto de lei (PL) da taxaço do livro	47
2.3	Análises: falas sobre o PL da taxaço do livro	52
3	O QUE PODE SER LIDO? PRÁTICAS DE CENSURA AO LIVRO ..	61
3.1	Censura na Bienal do Livro do Rio de Janeiro	61
3.2	O expurgo de livros na Fundação Palmares	64
3.3	Análises: censura na Bienal do Livro e na Fundação Palmares ..	68
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
	REFERÊNCIAS	83

INTRODUÇÃO

Quando comecei meu percurso no curso de mestrado em Letras na UERJ, minha ideia inicial era produzir um trabalho sobre o déficit de bibliotecas escolares no Brasil. Sou um bibliotecário, que atua profissionalmente na área de gestão de acervos há alguns anos e, por isso, me pareceu natural esse movimento de buscar trazer uma questão tão importante relacionada à minha profissão para o meu projeto de pesquisa. Além disso, eu também sou um leitor, apaixonado pelos livros e que estudou a vida inteira na rede pública de ensino, onde as bibliotecas são ainda mais raras e o acesso ao livro está longe de ser o ideal. E morando no bairro mais populoso do Brasil (Campo Grande, na Zona Oeste do Rio de Janeiro), constato que esse bairro possui apenas uma pequena e muito mal localizada biblioteca pública.

Apesar das dificuldades, comecei a cursar a graduação em Biblioteconomia na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) em 2010, sendo o primeiro da minha família a conseguir ingressar em uma universidade pública. Lá, tive meus primeiros contatos com o campo dos estudos da linguagem durante um projeto de Iniciação Científica na área da análise do discurso. E após concluir a graduação e me formar bibliotecário, optei por prosseguir em meus estudos na pós-graduação, ingressando no curso de mestrado em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Resumidamente, esse foi o caminho percorrido que me levou a escolher falar sobre o livro e a leitura em meu tema de pesquisa.

Desde o fim da Ditadura Militar, em 1985, nunca houve tantos motivos para nos mobilizarmos em defesa de nossos direitos e liberdades. Hoje, somos governados por um projeto político que ignora a importância da educação e cultura e busca suprimir nossa liberdade de expressão. O livro e a leitura possuem um enorme potencial de emancipação do pensamento, enquanto ferramentas que facilitam o aprendizado e nos dão autonomia para pensar e desenvolver uma consciência social. E é justamente esse potencial de libertação da leitura que explica a ausência de políticas públicas que fomentem o acesso ao livro: a precarização da educação no Brasil é um dos principais sintomas de um projeto neoliberal de poder. Afinal, como observa Roberto Machado em sua introdução de “Microfísica do Poder” (FOUCAULT, 2019, p. 20), o poder possui duas faces bem definidas: a maximização da utilidade econômica dos indivíduos e, ao mesmo tempo, sua docilização política.

E sem o pleno acesso ao livro e à leitura, imprescindíveis para um processo educacional de qualidade, nossa sociedade fica vulnerável aos anseios neoliberais de controle social.

A vitória de Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2018, marco da ascensão da extrema-direita ao poder no Brasil, iniciou um processo de intensificação de práticas de controle da leitura em nosso país, resultando em uma série de episódios que colocaram o livro no centro de uma polarização política entre democracia e autoritarismo. Ainda durante o processo eleitoral em 2018, já era possível perceber pistas dessa polarização: no segundo turno das eleições presidenciais, eleitores do candidato Fernando Haddad organizaram um protesto em que levaram livros para as urnas no dia da votação, como uma manifestação de apoio a Haddad e protesto contra Bolsonaro. Nas redes sociais na internet, manifestantes compartilharam diversas fotos em que exibiam os livros que escolheram levar consigo para a votação, também como uma maneira de expressar sua opção de votar em um projeto político voltado para a educação e liderado por um professor. Além disso, no primeiro turno das eleições, eleitores bolsonaristas haviam compartilhado imagens na internet em que levavam armas de fogo para as urnas eletrônicas, uma prática ilegal que visava representar o militarismo autoritário de Bolsonaro, que tinha o projeto de flexibilização do porte de armas como uma de suas principais promessas de campanha.

Após a vitória de Bolsonaro, o processo de intensificação das práticas de controle da leitura no país ficou ainda mais evidente. Em 2019, durante a 19ª edição da Bienal Internacional do Livro do Rio de Janeiro, outro episódio colocou novamente o livro no centro do debate político. Marcelo Crivella, um político conservador de direita que havia apoiado Bolsonaro em 2018, protagonizou um lamentável incidente de censura ao livro em seu mandato como prefeito do Rio de Janeiro. Crivella determinou que um grupo de fiscais da Secretaria Municipal de Ordem Pública retirasse das prateleiras dos estandes da Bienal os exemplares da obra intitulada “Vingadores: A Cruzada das Crianças”. Para justificar sua ação autoritária, o prefeito alegou que a obra continha conteúdo inapropriado para circulação no evento, porque dois personagens masculinos se beijaram em uma das cenas da revista em quadrinhos. Em seu perfil na rede social Twitter, Crivella publicou uma mensagem determinando que os organizadores da Bienal recolhessem os livros que tivessem conteúdos que ele considerava impróprios para

menores, em nome de uma suposta proteção às crianças. A ação de censura, inédita na história da Bienal do Livro, provocou uma grande onda de protestos no local do evento e na internet, com visitantes, livreiros e funcionários de editoras se unindo para protestar em defesa da liberdade de expressão e contra a homofobia.

E os episódios prosseguiram. Em 2020, durante uma entrevista a jornalistas no Palácio da Alvorada, Jair Bolsonaro chamou os atuais livros didáticos de lixo, propondo que o material tivesse seu conteúdo censurado. Na ocasião, o presidente comentou:

Tem livros que vamos ser obrigados a distribuir esse ano ainda levando-se em conta a feitura em anos anteriores. Tem que seguir a lei. Em 2021, todos os livros serão nossos. Feitos por nós. Os pais vão vibrar. Vai estar lá a bandeira do Brasil na capa, vai ter lá o hino nacional. Os livros hoje em dia, como regra, é um amontoado. Muita coisa escrita, tem que suavizar aquilo.

A fala do presidente evidenciou uma preocupação dos setores políticos conservadores e autoritários em controlar o que as pessoas podem ler ou não, revelando também a intenção de Bolsonaro em utilizar o livro didático como uma ferramenta de propaganda política de seu governo. Também em 2020, o Ministério da Educação (MEC) lançou uma coleção de 40 livros de literatura infantil intitulada “Conta Pra Mim”, vinculada ao projeto da nova Política Nacional de Alfabetização (PNA). Com a supervisão técnica de Carlos Francisco de Paula Nadalim, secretário de alfabetização do MEC e defensor fervoroso do homeschooling, os livros recontam contos de fada através de adaptações distorcidas e simplificadas, que empobrecem a linguagem das histórias e ignoram princípios básicos de representatividade social, travestidos do que chamaram de “literacia familiar”. Em uma entrevista sobre o “Conta Pra Mim”, a pesquisadora Cristiane Tavares observa que a coleção contém narrativas com mensagens morais explícitas, com adaptações e reduções de fábulas e contos clássicos que desvalorizam o contato da criança com a linguagem literária.

Ainda em 2020, a equipe econômica de Bolsonaro, liderada por Paulo Guedes, apresentou um projeto de reforma tributária que pretende fundir a PIS/CONFINS, criando um novo e único imposto chamado CBS (Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços). Um dos principais efeitos previstos na criação desse novo imposto será o fim da isenção tributária dos livros comercializados em nosso país, que era garantida desde 2004 pela Lei nº 10.865,

fazendo com que passe a incidir uma taxa de 12% sobre o valor do livro. Em agosto de 2020, durante uma audiência na Comissão Mista da Reforma Tributária, Guedes foi questionado sobre os possíveis impactos negativos que o projeto causaria na capacidade das classes sociais economicamente vulneráveis em consumir leitura. O ministro respondeu que essa parcela da população estava mais preocupada em comprar comida do que em comprar livros, insinuando que o acesso à leitura não deveria ser uma preocupação ou uma prioridade para os mais pobres. Além disso, como uma espécie de contrapartida aos efeitos nocivos que a taxação do livro produziria no acesso ao livro pelas classes populares, Paulo Guedes propôs a criação de programas governamentais de doação de livros aos mais pobres. O que criaria um mecanismo de controle onde o seu governo escolheria quais livros poderiam ser oferecidos para essa população, determinando assim quais livros poderiam ser lidos ou não por essas pessoas. Em um documento sobre o projeto de reforma tributária publicado no site da Receita Federal, a equipe de Guedes buscou justificar o projeto, afirmando que, por conta da escassez de recursos públicos, a tributação de livros permitiria arrecadar dinheiro para políticas focalizadas, como medicamentos, saúde e educação. Mas afinal, qual seria a lógica de dificultar o acesso ao livro para arrecadar recursos para a educação, se as políticas de incentivo à leitura deveriam ser parte fundamental de um sistema educacional de qualidade? A proposição falaciosa de Guedes de que as pessoas pobres não consomem livros parte de uma visão elitista e preconceituosa de sociedade. Ao dificultar ainda mais o acesso à educação e cultura pelas classes sociais mais vulneráveis, a proposta atende diretamente aos anseios de um projeto neoliberal de poder que visa, ao mesmo tempo, maximizar a exploração dos indivíduos e docilizar sua consciência política e social.

Em 2021, outro episódio relacionado a práticas de controle da leitura ocorreu no governo Bolsonaro. Sob a gestão bolsonarista de Sérgio Camargo, a Fundação Cultural Palmares (FCP) publicou um relatório intitulado “Retrato do Acervo”, em que enumerava supostas justificativas para a realização de um expurgo ideológico de obras da biblioteca da instituição, através de distorções que negam a existência do racismo no Brasil e classificam diversas obras literárias como marxistas, comunistas ou doutrinadas. O caso ganhou ampla repercussão na mídia e, no início de 2022, uma decisão definitiva foi emitida pela Justiça Federal, proibindo o descarte ou a doação dos livros do acervo da FCP.

Recentemente, às vésperas das eleições presidenciais de 2022, Bolsonaro tentou utilizar bibliotecas para “amedrontar” seus eleitores. Durante uma de suas transmissões ao vivo para seus seguidores no YouTube, o presidente afirmou que, caso perca as eleições para o candidato Lula, os clubes de tiro do país seriam transformados em bibliotecas por seu oponente. A curiosa ameaça, que prevê um “futuro sombrio” para os bolsonaristas onde as armas de fogo seriam substituídas por livros, evoca novamente o embate ocorrido nas eleições de 2018.

Todos esses episódios citados possuem algo em comum: envolvem práticas de controle da leitura, protagonizadas por atores políticos da extrema-direita que possuem algum tipo de relação com o governo de Jair Bolsonaro. O bolsonarismo busca instituir um mecanismo de repressão à liberdade de expressão e pensamento que o livro representa. Como bibliotecário, tenho a responsabilidade social de chamar a atenção para a nocividade dessas práticas de controle da leitura. Não podemos tolerar um governo que ignora o fato de que mais da metade das nossas escolas públicas não possuem biblioteca ou sala de leitura. É inadmissível que se proponha a criação de impostos sobre o livro, dificultando ainda mais o acesso à leitura pelas classes populares. Adentramos um estágio onde se pretende a eliminação das ideias divergentes, onde os livros e a liberdade de expressão e pensamento tornaram-se alvos prioritários da ignorância e do autoritarismo. O potencial de transformação de uma sociedade que lê estremece os anseios totalitários de docilização das massas, impedindo a metástase do obscurantismo.

Foi considerando todo esse contexto que vi como relevante a produção deste trabalho. O objetivo dessa pesquisa é investigar os processos de produção de sentidos sobre práticas de controle da leitura no Brasil observadas entre 2018 e 2022, no período que chamo de ascensão da extrema-direita no país, cujo marco inicial foram as eleições presidenciais de 2018. A dissertação está estruturada em três capítulos principais, os quais serão apresentados em detalhe no próximo item.

Sobre o processo de escrita

Durante todo o processo de produção desta pesquisa, um elemento foi fundamental para que eu conseguisse dar prosseguimento à escrita do trabalho: as interações com os colegas do grupo de pesquisa em análise cartográfica do discurso, coordenado pelos professores Décio Rocha (UERJ) e Cristina Giorgi

(Cefet-RJ). Ao longo do processo de escrita, por diversas vezes, fiquei estagnado nas atividades de pesquisa e fui resgatado e colocado em movimento pelos meus colegas de grupo. A dinâmica de nossos encontros, onde cada um tem liberdade para apresentar ao grupo questões e experiências relacionadas às suas pesquisas, com a oportunidade de ouvir os feedbacks e sugestões dos colegas, é de um enriquecimento fundamental e quase indescritível. Ao longo dessa experiência, ficou claro pra mim que não se faz pesquisa sozinho e que o trabalho acadêmico deve ser sempre coletivo, tomando a multiplicidade de forças como seu principal combustível.

Em 2021, em meio ao afastamento presencial da universidade, que já se encontrava em regime de ensino remoto emergencial por conta da pandemia de Covid-19, eu me encontrava completamente estagnado em minha pesquisa. A troca de ideias nas aulas presenciais do curso de mestrado estava me fazendo muita falta, com a ausência de contato humano com os professores e colegas de turma, deixando tudo bastante solitário. Apesar da UERJ oferecer disciplinas online durante esse período, a experiência remota era muito distinta da presencial, uma outra forma de se estudar completamente diferente daquela com que convivi a vida toda. Além disso, os encontros presenciais de nosso grupo de pesquisa também haviam sido interrompidos pela pandemia. E os pensamentos sobre a pesquisa agora disputavam espaço com pensamentos sobre sobreviver ao vírus.

Foi nesse contexto que eu sugeri ao meu orientador, o professor Décio Rocha, que nós tentássemos voltar a ter os encontros do nosso grupo de pesquisa de maneira remota. Não era o ideal, mas poderia ajudar a aproximar de alguma forma os colegas que, assim como eu, também estivessem tendo dificuldades para dar prosseguimento às suas atividades de pesquisa. E foi assim que, em 17 de abril de 2021, nós organizamos o primeiro encontro remoto do grupo após o início da pandemia. Operacionalmente, decidimos nos reunir em uma sala virtual através da ferramenta Google Meet. E estabelecemos uma periodicidade quinzenal para os encontros, que aconteceriam sempre aos sábados, pela manhã.

Em nossa primeira reunião, apenas o professor Décio Rocha e seus orientandos de graduação e pós-graduação se reuniram. Para esse primeiro encontro, combinamos que todos se apresentassem e falassem um pouco de suas pesquisas. Éramos sete nesse primeiro dia: eu, Décio Rocha, Bibiana Campos, Juliana Azevedo, Roberta Calixto, Livia Yomura e Thiago Barcelos. Posteriormente, a professora Cristina Giorgi também se juntou ao grupo, trazendo seus alunos e

orientandos. E gradualmente, outros colegas foram se juntando a nós: Luisa Peixoto, Gabriel Merlim, Glauce de Lima, Larissa Coelho, Maxwell Damásio, Juliana Rettich, Ana Paula Fernandes, Marcelli Braga, Ariane Oliveira, Marllon Nascimento, Mônica Houri, Priscilla Thereso, Ingrid Viehmayer, Tiago Pereira, Filipe Abrantes, Viviane Roux, Maria Del Carmen Daher, entre outros. A convenção que estabelecemos foi a dinâmica que norteia as atividades do grupo até hoje: em cada encontro, inicialmente nós compartilhamos notícias diversas; em um segundo momento, nós lemos e debatemos pelo menos um texto teórico, escolhido a partir das demandas de leitura dos próprios membros do grupo; e por fim, pelo menos uma pessoa apresenta ao grupo algo relacionado às suas atividades de pesquisa, tendo também a oportunidade de ouvir os feedbacks dos colegas.

Ao longo das reuniões, fui esboçando e apresentando aos colegas de grupo fragmentos e exercícios de análise relacionados à minha pesquisa. Produzia slides, buscando sistematizar e compartilhar minhas dúvidas e problemas de pesquisa. A cada apresentação que fiz, recebi feedbacks que não só foram construindo e modificando não só a mim enquanto pesquisador, como também foram me ajudando a escolher a pavimentar os caminhos que minha pesquisa foi tomando. Todo o meu processo de escrita foi norteado principalmente pelas atividades desenvolvidas no grupo de pesquisa.

Em termos estruturais do texto, durante meu exame de qualificação, a professora Cristina Giorgi me sugeriu que fosse elaborado um capítulo inicial na dissertação que organizasse melhor o contexto de produção da pesquisa. Posteriormente, ao assistir o exame de qualificação da colega Bibiana Campos, tive a oportunidade de visualizar seu modelo de sumário, que contava com um capítulo inicial reunindo elementos introdutórios importantes para a apresentação de seu trabalho. E foi a partir dessas interações que eu estruturei esta seção de introdução em meu texto, que inicialmente não estava prevista no sumário desta pesquisa.

No primeiro capítulo, intitulado “Leitura e Política: o livro nas eleições presidenciais de 2018”, inicio o trajeto da pesquisa observando as relações entre leitura e política no Brasil a partir de uma análise das eleições presidenciais de 2018. Inicialmente, apresento um breve contexto sobre o livro e a leitura no Brasil para, em seguida, abordar a questão do livro nas eleições de 2018. Para as análises, trago materiais referentes ao aniversário de dez anos da Lei da Biblioteca Escolar (Lei nº 12.244/2010), além de materiais sobre práticas de uso do livro como ferramenta

política durante as eleições. A ideia é, a partir da análise de implícitos e da produção de sentidos de determinados enunciados presentes nesses materiais, trazer reflexões sobre os posicionamentos discursivos do livro em meio à polarização política que culminou na vitória de Jair Bolsonaro nas eleições de 2018.

No segundo capítulo, intitulado “Quem pode ler? Controle da leitura e classe social”, analiso a intensificação das práticas de controle da leitura no Brasil, observadas a partir da ascensão da extrema-direita ao poder em nosso país com a eleição de Bolsonaro. Começo o capítulo apresentando algumas reflexões sobre as relações entre práticas de leitura e classe social e, em seguida, trago para o debate o projeto de lei que prevê a tributação do livro (PL 3887/20), presente na proposta de reforma tributária apresentada por Paulo Guedes e a equipe econômica do governo Bolsonaro. Para as análises, trago materiais sobre a proposta de taxaço do livro no Brasil, com o objetivo de dissertar sobre os implícitos e a produção de sentidos de certos enunciados presentes nos materiais.

No terceiro capítulo, intitulado “O que pode ser lido? Práticas de censura ao livro”, o trajeto da pesquisa finalmente alcança a questão das eliminações de ideias, onde as práticas de controle da leitura se tornam efetivamente práticas de censura ao livro. Apresento neste capítulo dois episódios emblemáticos de censura ao livro ocorridos durante o governo Bolsonaro: o caso da censura na Bienal do Livro do Rio de Janeiro, em 2019; e o expurgo de livros da biblioteca da Fundação Cultural Palmares, em 2021. Para as análises, trago materiais sobre esses eventos, novamente analisando os implícitos e a produção de efeitos de sentido de determinados enunciados. E por fim, em uma última seção do texto, apresento minhas considerações atuais sobre a pesquisa.

Cabe observar que, apesar da estrutura da pesquisa possuir esse roteiro, o processo de construção desses capítulos não se deu de maneira linear. A escrita do trabalho avançou alternando-se entre diferentes tópicos e capítulos, geralmente a partir das implicações e atravessamentos que me tocavam através das reuniões do grupo de pesquisa e das leituras que fui fazendo ao longo do trajeto. E por diversas vezes, me vi reescrevendo ou revendo materiais que já havia escrito, a partir dos feedbacks dos colegas e professores com quem pude trocar ideias, nas apresentações e eventos que pude assistir, etc.. Um trabalho absolutamente coletivo, apoiado fundamentalmente na multiplicidade de forças do nosso grupo de pesquisa.

Além disso, essa cronologia que evidencia um processo de gradação, em que a vitória da extrema-direita em 2018 intensifica as práticas de controle da leitura no país e culmina em práticas de censura ao livro, inicialmente não foi um roteiro proposto por mim, trazido como uma espécie de hipótese pré-fabricada anterior à pesquisa. A visualização dessa dimensão processual foi surgindo a partir do próprio desenvolvimento da pesquisa, através das atividades com o grupo de pesquisa. Foi Bibiana Campos quem, após minha primeira apresentação sobre a pesquisa para o grupo, me sugeriu que eu analisasse os usos do livro como ferramenta política nas eleições de 2018, o que pavimentou caminho para que eu elaborasse o primeiro capítulo da pesquisa; foi Roberta Calixto quem comentou que parecia haver uma relação de causalidade entre o uso de livros pelos eleitores de Fernando Haddad nas urnas em 2018 e a intensificação das práticas de controle da leitura após a vitória de Bolsonaro nas eleições. Como se o governo Bolsonaro estivesse “simbolicamente” punindo aqueles que usaram o livro e sua carga semântica relacionada à educação, ciência e cultura para representar o voto em seu adversário político, defendendo a educação e a democracia e buscando se contrapor à violência e ao autoritarismo bolsonarista. A contribuição de Roberta me ajudou a visualizar uma relação entre o primeiro e o segundo capítulos, onde eu trago o projeto de tributação do livro proposto por Paulo Guedes como um exemplo de intensificação das práticas de controle da leitura decorrente dessa relação de causalidade com os usos do livro nas eleições de 2018; e foi Juliana Azevedo que me chamou a atenção para a necessidade de buscar organizar as análises do meu corpus a partir de uma marca linguística que pudesse atravessar todos os materiais, trazendo mais coesão para o meu processo analítico. Todas essas intervenções dos meus colegas no meu percurso de pesquisa afetaram diretamente e positivamente o meu processo de escrita, contribuindo para que meus textos tomassem a forma que tomaram.

Sobre a produção do corpus

Primeiramente, cabe esclarecer uma questão prática sobre o corpus desta pesquisa: a escolha pela utilização de uma grafia acentuada da palavra corpus. Rocha (2014, p. 622) considera ser adequado que a palavra corpus (forma única no singular e no plural, a exemplo da palavra “lápiz”) alcance a condição de palavra da

língua portuguesa a ser dicionarizada, indicando que outros trabalhos e autores já haviam aderido a essa iniciativa. Em seguida, cabe também esclarecer o uso da terminologia “produção de córpus”, ao invés de “coleta de córpus”. Sobre essa questão, Deusdará e Rocha (2021, p. 151) observam que:

Recusar a designação “coleta de dados” ou “coleta de córpus” não significa buscar um outro nome para o “mesmo” trabalho. Trata-se do projeto de buscar afirmar nas expressões que usamos uma concepção de prática científica que recusa a inglória tarefa de neutralização/apagamento da completa vinculação do pesquisador com o campo de investigação. Funda-se, assim, em uma atitude que não separa o conceitual do metodológico, o teórico do prático.

Nesse sentido, ao optar pela designação “produção de córpus”, pretendo também assumir uma posição política e científica de valorização da vinculação e das implicações que permeiam a relação entre o pesquisador e seu campo de investigação como parte fundamental e indissociável do processo de pesquisa.

Minhas implicações enquanto pesquisador, assim como em todas as etapas de produção desta pesquisa, intervieram também no processo de produção de seu córpus. A escolha por iniciar meu percurso de produção de córpus analisando materialidades linguísticas presentes em redes sociais na internet se deu não só pela familiaridade com esses espaços digitais, como também pela minha experiência acadêmica anterior em analisá-los. Durante o curso de graduação de Biblioteconomia, fui bolsista de Iniciação Científica no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), onde passei mais de 2 anos trabalhando em um projeto de pesquisa envolvendo a análise de postagens na rede social Twitter. Posteriormente, produzi um trabalho de conclusão de curso também analisando publicações no Twitter. Essa experiência prévia fez com que eu me sentisse mais confortável para, inicialmente, buscar materiais nesta rede social.

O Twitter é uma rede social que foi lançada na internet em 2006, durante o boom dos sites de redes sociais em todo o mundo. Através do site, seus usuários podem enviar e receber atualizações de outras pessoas ou páginas via internet, que podem conter textos, imagens, vídeos, links para outras páginas, etc.. Inicialmente, sua principal característica era a limitação de 140 caracteres por mensagem publicada (conhecidas como tweets), o que lhe conferiu também a designação de microblog. Posteriormente, a rede social estendeu a limitação dos tweets para 280

caracteres, configuração que permanece assim até hoje. Estima-se que cerca de 284 milhões de usuários em todo o mundo utilizam essa rede social atualmente.

Comecei então a utilizar os mecanismos de busca do Twitter para encontrar postagens e comentários sobre a Lei da Biblioteca Escolar (Lei nº 12.244/2010), pois minha ideia inicial era de produzir uma pesquisa sobre o déficit de bibliotecas escolares. E aos poucos, conforme fui encontrando materiais, apresentando exercícios de análise e ouvindo os feedbacks dos meus colegas de grupo, pude expandir o perímetro dessa exploração para outros temas e tipos de materialidades linguísticas. O que fez com que a própria pesquisa fosse se modificando e modificando a mim, durante o processo de pesquisar. E assim, um cópuz que começou somente com materiais sobre a Lei da Biblioteca Escolar, passou a contar também com materiais sobre práticas de controle da leitura e censura ao livro, entre outros.

Sobre a perspectiva cartográfica:

A cartografia é um método de pesquisa cuja inspiração encontramos em Gilles Deleuze e Félix Guattari (1995). De maneira geral, a proposta desta perspectiva é a de acompanhar processos, realizando uma reversão metodológica que incentiva a experimentação de pensamento pelo pesquisador, onde “a precisão não é tomada como exatidão, mas como compromisso e interesse, como implicação na realidade, como intervenção” (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2015). Nesse sentido, a perspectiva cartográfica privilegia as experiências singulares e atravessamentos que ocorrem durante o processo de pesquisa como parte fundamental do percurso a ser descrito pelo pesquisador. Apesar da cartografia ter sido inicialmente concebida como um método de pesquisa, Deusdará e Rocha (2021, p. 203) problematizam essa concepção metodológica:

Evitamos aqui falar de “método”, porque a palavra é portadora de um certo imobilismo processual [...] Preferimos falar em atitude ou perspectiva cartográfica, visto que o que se propõe tem impactos sobre a própria forma de conceber e se relacionar com o conhecimento e a prática de investigação.

Uma característica importante da cartografia é seu funcionamento como um método de pesquisa-intervenção. Isso significa que, diferente de outras

metodologias de trabalho presentes principalmente nos campos das ciências exatas e naturais, na cartografia, a dinâmica de trabalho do pesquisador não se desenvolve de maneira meramente prescritiva, mas a partir de processos de intervenção produzidos a partir das implicações da pesquisa sobre o pesquisador e do pesquisador sobre sua pesquisa. Conforme Rettich (2020, p. 2) observa, na cartografia:

O importante é ter um ponto de partida – não fixo, rígido, sem possibilidades de deslocamentos – e minimamente uma razão para iniciar, o ponto de chegada é indicado ao longo desse caminho da pesquisa, permitindo-se, como pesquisadora, ser implicada pelo objeto e implicá-lo igualmente. O desafio, então, não é definir antecipadamente o resultado da pesquisa; é permitir-se caminhar com ela, numa dança cartográfica, para viver as surpresas que um objeto de estudo pode nos oferecer se não nos colocarmos imponentes diante do tema pesquisado.

Nesse sentido, ao empreender um trabalho de pesquisa orientado pela cartografia, o pesquisador não deve trazer consigo uma receita metodológica previamente planejada, como uma espécie de molde onde a pesquisa deverá se encaixar. Justamente por ser essa uma perspectiva de pesquisa-intervenção, que valoriza o caminho percorrido durante a experiência de pesquisar, considerando simultaneamente os efeitos produzidos entre o pesquisador e seu objeto de pesquisa. Através da cartografia, o trabalho do pesquisador não se aprisiona em regras ou objetivos previamente estabelecidos e mecanicamente prescritos, mas vai se desenvolvendo por meio de pistas que vão orientando o percurso da pesquisa. Dessa forma, “a cartografia faz o caminho de desconstrução, por vezes até inquietante, do percurso tradicional do método científico. O próprio objeto não é dado a priori, ao longo da pesquisa é que ele vai sendo construído.” (RETTICH, 2018, p. 87).

O ponto de partida deste trabalho foi o meu interesse em falar sobre o déficit de bibliotecas escolares no Brasil, construído a partir do desejo de um bibliotecário de produzir uma pesquisa que falasse sobre os problemas relacionados ao livro, à leitura e às bibliotecas no Brasil. Contudo, o principal dispositivo de transformação e desenvolvimento deste trabalho foi, conforme já dito, o grupo de pesquisa em análise do discurso do qual participo, pois através de suas dinâmicas de leituras coletivas, apresentações de trabalho e exercícios de análise, tive a oportunidade de obter pistas de como prosseguir e de quais caminhos tomar. E ao longo do

processo, a pesquisa foi se transformando em um trabalho sobre práticas discursivas de controle da leitura que permeiam a extrema-direita no Brasil.

Espero que os resultados desse enorme e complexo processo que chamo de pesquisa possam contribuir para fomentar o debate não só sobre o planejamento de políticas públicas de combate à censura ao livro, como também no planejamento de políticas de incentivo à leitura. A educação é o único caminho para um país melhor. E não existe educação sem os livros e sua leitura.

1 LEITURA E POLÍTICA: O LIVRO NAS ELEIÇÕES DE 2018

1.1 O livro e a leitura no Brasil

Em 2007, durante um evento ocorrido na Academia de Ciências de Nova York, o astrofísico norte-americano Neil deGrasse Tyson se deparou com a seguinte pergunta: “O que se passa com as garotas e a ciência?”. A intenção da pergunta era falar sobre diferenças genéticas entre homens e mulheres que, supostamente, explicariam uma maior presença masculina nas ciências. Tyson respondeu à pergunta, comparando o preconceito racial que sofreu ao buscar ser um cientista com o machismo que desmotiva as mulheres a seguirem uma carreira nas ciências. E afirmou que, antes de começarmos a debater sobre diferenças genéticas entre homens e mulheres, seria necessário alcançarmos um nível de desenvolvimento social onde existissem oportunidades iguais para todos os gêneros.

Esse debate sobre desigualdade de gênero, de alguma forma, também pode nos remeter a uma importante questão sobre o livro e a leitura no Brasil. Isso porque, em certos espaços em nosso país, circula um discurso falacioso de que o brasileiro supostamente não gosta de livros e ponto. Ocasionalmente, nos deparamos com artigos na internet e notícias na TV que simplesmente recortam e apresentam dados estatísticos de alguma pesquisa, sem qualquer tipo de contextualização, para afirmar que o brasileiro possui essa “indisposição natural”, quase “genética”, com o livro e a leitura. No entanto, além dessa ideia ser completamente nociva, pois produz artificialmente um estereótipo que influencia diretamente na “fabricação” dessa suposta aversão ao livro, trata-se de um argumento absolutamente equivocado, pela mesma lógica apresentada por Neil deGrasse Tyson em sua resposta sobre as mulheres e a ciência. Se hoje os brasileiros não possuem igualdade de condições de acesso ao livro e à leitura, como alguém pode afirmar que o brasileiro “naturalmente” não gosta de ler? E essa gigantesca desigualdade de condições de acesso ao livro pode ser facilmente observada através de um importante indicativo de eficiência das políticas públicas de fomento à leitura em um país: a presença de bibliotecas. Hoje, temos um enorme déficit de bibliotecas públicas e escolares no Brasil, o que prejudica diretamente a

qualidade da educação oferecida aos brasileiros, especialmente aqueles que estudam na rede pública de ensino. Dados apresentados pelo Anuário Brasileiro da Educação Básica publicado em 2019 demonstram que apenas 45,7% das escolas públicas do país possuem uma biblioteca ou sala de leitura, ao mesmo tempo em que apenas 14,1% das crianças das classes economicamente mais vulneráveis demonstram nível suficiente de alfabetização em leitura.

As bibliotecas escolares são essenciais para se pensar em políticas públicas de fomento à leitura. Muitas vezes são elas que proporcionam o primeiro contato de uma criança com o universo dos livros e da leitura, principalmente em se tratando de crianças cujas famílias não possuem boas condições financeiras e que são maioria entre os estudantes na rede pública de ensino. No entanto, vemos poucos projetos e iniciativas do poder público voltadas para essa importante questão. Em 2010, o governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva publicou no Diário Oficial da União a promulgação da Lei nº 12.244 (Lei 12.244/2010), que também ficou conhecida como Lei da Biblioteca Escolar. Conforme estabelece seu texto, a lei determina que todas as instituições de ensino do país tenham bibliotecas, estabelecendo parâmetros para o número mínimo de obras em seus acervos a partir do número de alunos matriculados por instituição. Além disso, essa lei estabeleceu um prazo máximo de dez anos a partir de sua data de promulgação, para que todas as suas determinações fossem plenamente cumpridas. Campello (2016) destaca o papel fundamental desempenhado pela classe bibliotecária no processo sócio-histórico que resultou na promulgação dessa lei:

A promulgação da Lei nº 12.244, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino básico do país, foi resultado de um esforço da classe bibliotecária que, há longo tempo, vem denunciando a falta de bibliotecas nas escolas e a precariedade das poucas que existem, situação comprovada por diversos estudos. (CAMPELLO, 2016, p. 40)

A autora apoia-se também nas evidências de diversos estudos para afirmar que a presença de bibliotecas em todas as escolas do país influenciaria positivamente na qualidade do ensino e aprendizagem de todos os alunos. Além disso, ela também evidencia as raízes do processo histórico que originou a Lei da Biblioteca Escolar, que começou com uma campanha de apoio à biblioteca escolar empreendida pelo Conselho Regional de Biblioteconomia do Estado de São Paulo (CRB-8) na década de 1990. Abaixo, podemos observar um quadro que contém o

texto integral da Lei da Biblioteca Escolar, conforme publicado no Diário Oficial da União em 24 de maio de 2010:

Quadro 1 – Íntegra do texto da Lei nº 12.244/2010:

LEI Nº 12.244, DE 24 DE MAIO DE 2010
Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País.
O PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º As instituições de ensino públicas e privadas de todos os sistemas de ensino do País contarão com bibliotecas, nos termos desta Lei.
Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se biblioteca escolar a coleção de livros, materiais videográficos e documentos registrados em qualquer suporte destinados a consulta, pesquisa, estudo ou leitura.
Parágrafo único. Será obrigatório um acervo de livros na biblioteca de, no mínimo, um título para cada aluno matriculado, cabendo ao respectivo sistema de ensino determinar a ampliação deste acervo conforme sua realidade, bem como divulgar orientações de guarda, preservação, organização e funcionamento das bibliotecas escolares.
Art. 3º Os sistemas de ensino do País deverão desenvolver esforços progressivos para que a universalização das bibliotecas escolares, nos termos previstos nesta Lei, seja efetivada num prazo máximo de dez anos, respeitada a profissão de Bibliotecário, disciplinada pelas Leis nºs 4.084, de 30 de junho de 1962, e 9.674, de 25 de junho de 1998.
Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
 Brasília, 24 de maio de 2010; 189º da Independência e 122º da República.
LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Fernandoi Haddad
Carlos Lupi

Fonte: DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Seção 1, 25 maio 2010, p. 3.

Na época, a lei foi considerada um grande avanço das políticas públicas voltadas para a área da educação. Contudo, chegamos ao ano de 2022, o prazo máximo estabelecido pela lei para seu pleno cumprimento terminou em 2020 e a

promessa de universalização da biblioteca escolar no Brasil não se cumpriu. Nem metade das nossas escolas públicas possuem bibliotecas ou salas de leitura para seus alunos. E ainda em 2018, antes do fim do prazo estabelecido pela lei, a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 9484 (PL 9484/18), que prorrogou até 2024 o prazo para que todas as instituições de ensino do país cumprissem plenamente as determinações da Lei da Biblioteca Escolar.

Tomamos aqui como principal exemplo a situação das bibliotecas no ambiente escolar para ressaltar a importância do acesso ao livro e à leitura como condições básicas para o desenvolvimento educacional do país e a democratização do acesso ao conhecimento. A Unesco (1976) afirma que:

Biblioteca é a porta de entrada para o conhecimento, fornece as condições básicas para o aprendizado permanente, autonomia das decisões e para o desenvolvimento cultural dos indivíduos e dos grupos sociais. (UNESCO, 1976, p. 158-163)

Fonseca (2007, p. 53) expande essa noção da importância da biblioteca no contexto escolar, observando que ela deve fornecer a infraestrutura bibliográfica e audiovisual não só aos alunos como também aos professores. Pimentel, Bernardes, Santana (2007, p. 25) apontam que:

A biblioteca escolar não deve ser só um espaço de ação pedagógica, servindo como apoio à construção do conhecimento e de suporte a pesquisas. Deve ser, sim, um espaço perfeito para que todos que nela atuam possam utilizá-la como uma fonte de experiência, exercício da cidadania e formação para toda a vida. (PIMENTEL; BERNARDES; SANTANA, 2007, p. 25)

Nesse sentido, os autores observam que a importância da biblioteca escolar não se restringe somente ao contexto das atividades pedagógicas, mas que o seu espaço proporciona também aos seus usuários um exercício de cidadania que extrapola o conteúdo das disciplinas ensinadas na escola. A International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA), uma das maiores e mais importantes instituições do mundo no campo da biblioteconomia, amplia ainda mais o conceito de biblioteca escolar em suas “Diretrizes da IFLA para a Biblioteca Escolar”, publicada em 2015. O documento define que:

A biblioteca escolar é um espaço de aprendizagem físico e digital na escola onde a leitura, pesquisa, investigação, pensamento, imaginação e criatividade são fundamentais para o percurso dos alunos da informação ao conhecimento e para o seu crescimento pessoal, social e cultural. (IFLA, 2016, p. 19)

A IFLA observa que a biblioteca escolar não se restringe ao espaço físico, mas também se estende ao digital, tão presente em nossa sociedade nos dias atuais. E novamente reforça a importância do espaço da biblioteca para o desenvolvimento dos indivíduos. Nesse sentido, observa-se que o conceito de biblioteca escolar, assim como o próprio conceito de biblioteca, se expandiu ao longo dos anos e foi abrangendo outras concepções. Um ponto em comum nos conceitos de biblioteca escolar observados é a importância desse espaço não apenas na formação escolar dos indivíduos, como também para a formação de cidadãos.

De maneira geral, a noção de biblioteca escolar constitui um dos pontos centrais dos debates sobre a Lei 12.244/2010. E não há lugar melhor para se falar das relações entre livro, leitura e educação do que na biblioteca escolar. Quando um eleitor resolve utilizar um livro como uma espécie de “símbolo” para representar seu voto em um professor, ex-ministro da Educação e que apresenta um programa de governo que prioriza o desenvolvimento educacional do país, é importante buscarmos compreender a rede de sentidos que atravessam aquele livro e aquele eleitor. Esses eleitores não estão indo votar com livros nas mãos porque seu candidato é um livreiro ou bibliotecário: estão fazendo porque o livro e a leitura remetem diretamente à educação, cultura e liberdade de pensamento. E o mais importante aqui é perceber que existe essa complexa rede de produção de sentidos sobre o que o livro e a leitura significam para uma parte de nossa sociedade. Posteriormente, neste capítulo, serão analisados materiais sobre a Lei da Biblioteca Escolar.

1.2 Eleições presidenciais de 2018

Para todos aqueles que defendem a democracia e a igualdade social, as eleições presidenciais de 2018 representaram uma grande derrota, simbolizada pela

vitória, nas urnas, do projeto político neoliberal e autoritário de Jair Messias Bolsonaro. A corrida eleitoral daquele ano ficou marcada por muitos eventos marcantes, com destaque para a vergonhosa e criminoso prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, autorizada pelo juiz que posteriormente viria a se tornar Ministro da Justiça do governo bolsonarista. E uma vez que Lula se tornou um preso político para ser impedido de disputar as eleições, Fernando Haddad assumiu como candidato do PT.

Haddad havia sido Ministro da Educação no governo Lula, quando revolucionou a educação superior brasileira. Foi o responsável por implementar o ProUni, programa do governo federal que concede bolsas de estudo a alunos de baixa renda ou egressos da rede pública de ensino. Fortaleceu o FIES, deixando o programa de financiamento estudantil muito mais acessível aos alunos. E criou novas universidades federais por todo o país, quase duplicando o número de alunos matriculados na rede pública de ensino superior. Além disso, Fernando Haddad é professor de Ciência Política na Universidade de São Paulo (USP), onde se graduou em Direito e se formou Mestre em Economia e Doutor em Filosofia. Nesse sentido, não é surpresa que o nome de Haddad seja frequentemente associado à área da educação, tendo em vista que essa é sua principal área de atuação profissional e onde desenvolveu suas principais contribuições enquanto Ministro da Educação.

Do outro lado da corrida eleitoral, estava Bolsonaro. Um ex-capitão do exército que passou 27 anos no cargo público de Deputado Federal e, durante esse período, teve somente 2 projetos seus aprovados. Um militarista conservador e autoritário, propagador de discursos nacionalistas e reacionários que comumente são atravessados por falas preconceituosas e agressivas. Em 2016, durante o circo de horrores que foi televisionado na Câmara dos Deputados em uma votação que culminou no golpe que derrubou a presidenta Dilma Rousseff, Bolsonaro utilizou o palanque da votação para homenagear o coronel Brilhante Ustra, um conhecido militar que atuou como torturador durante a Ditadura Militar. Além disso, durante toda sua campanha eleitoral, Bolsonaro utilizou intensamente a propagação de *fake news* em redes sociais e aplicativos de mensagens na internet para alimentar sua base de eleitores com mentiras eleitoreiras.

O primeiro confronto nas urnas entre projetos tão distintos ocorreu em 07 de outubro de 2018, no 1º turno das eleições. Confirmando a maior parte das previsões das pesquisas, Fernando Haddad e Jair Bolsonaro avançaram para um segundo

confronto. E em 28 de outubro de 2018, no 2º turno das eleições, mesmo conquistando mais de 47 milhões de votos dos eleitores brasileiros, Fernando Haddad acabou sendo derrotado pela onda fascista que elegeu Bolsonaro. Infelizmente, a maioria dos eleitores escolheu o projeto de governo de um militar conservador, autoritário, preconceituoso e saudoso da ditadura, ao invés do projeto de um professor com ampla experiência em políticas públicas voltadas para a educação.

Contudo, durante o processo eleitoral em 2018, um interessante fator também chamou a atenção: as atitudes distintas dos eleitores de Haddad e Bolsonaro, durante as campanhas de seus candidatos. Especificamente, o comportamento desses eleitores diante das urnas eletrônicas. No dia da votação do primeiro turno das eleições, foram compartilhados na internet diversas imagens de eleitores bolsonaristas que gravaram a si mesmos, no ato de votação na urna eletrônica, portando armas de fogo para simbolizar seu voto em Bolsonaro. Isso porque uma das principais propostas de governo do candidato era flexibilizar o porte de armas no país. Tais ações, além de configurarem crime eleitoral, pois a lei proíbe o porte de celulares e câmeras na cabine de votação, também possuíam um certo caráter de intimidação e coerção agressiva. Infelizmente, isso não impediu que vídeos grotescos de eleitores utilizando o cano de revólveres para apertar 17 (o número de Bolsonaro) nas urnas.

Imagem 1 – Imagem compartilhada na internet com eleitor bolsonarista usando uma arma de fogo para digitar o número de Jair Bolsonaro na urna eletrônica:



Fonte: Catraca Livre. Disponível em: <https://catracalivre.com.br/cidadania/homem-vai-votar-no-bolsonaro-e-aperta-tecla-confirma-com-arma/>

Como uma resposta a esses vídeos e imagens compartilhados por eleitores bolsonaristas, no dia da votação do segundo turno, os eleitores de Fernando Haddad organizaram um protesto, levando livros às urnas. E através de uma campanha nas redes sociais na internet, impulsionada pelas *hashtags* #LivroSim e #ArmaNão, se apropriaram de seus livros como um símbolo da democracia, da educação e da cultura, em oposição ao autoritarismo e a violência representadas pela figura da arma de fogo.

1.3 Análises: Lei nº 12.244; Livros e eleitores em 2018;

1.3.1 Processo de produção do cópús

Para iniciar os procedimentos de análise, cabe fazer um breve relato sobre o processo de produção do cópús deste capítulo. Na primeira apresentação que fiz sobre meu projeto para o grupo de pesquisa, intitulada “Enunciados sobre a biblioteca, livro e leitura no Twitter: uma análise discursiva”, preparei um slide contendo um esboço de minha ideia de pesquisa até aquele momento. Naquela altura, o objetivo principal da pesquisa era descrever o funcionamento de enunciados sobre a biblioteca, o livro e a leitura no Brasil, através da análise de mensagens publicadas na rede social Twitter. Nesse ponto, apresentei alguns pontos de interesse principais que me chamavam a atenção naquele momento, como a proposta de reforma tributária apresentada pelo governo Bolsonaro que previa a tributação do livro no Brasil e o deficit de bibliotecas escolares do país. Além disso, realizei um exercício de análise, produzindo um pequeno cópús a partir de uma amostra de mensagens e analisando enunciados a partir do conceito de negação polêmica. Rettich (2018, p. 91) observa que:

A negação polêmica está no quadro da concepção polifônica, de Ducrot, no qual o autor faz distinção entre alguns tipos de negação presentes nos enunciados. Para o autor, quase todo enunciado produzido tem a possibilidade de produção do contrário, sendo o “não” apenas um signo que marca essa oposição.

Ducrot (1987), ao abordar o conceito de negação polêmica, observa que haveria uma dissimetria entre enunciados negativos e afirmativos, onde a afirmação estaria implícita na negação de forma mais evidente que a negação na afirmação. Rocha (1998) aponta que o tratamento conferido por Ducrot à negação sofreu reformulações com o tempo:

Foi com o propósito de conciliar sua abordagem dos enunciados negativos com uma visão polifônica da linguagem que Ducrot procedeu a uma revisão teórica do fenômeno, passando a subdividir a antiga negação polêmica em dois tipos distintos (a que denominou negação metalinguística e negação polêmica), redefinindo o conceito de negação descritiva. Em *O dizer e o dito*, o quadro teórico passa a ser o seguinte: a negação metalinguística coloca em cena um locutor responsável pelo enunciado positivo implícito, agindo sobre seus pressupostos (como seria o caso de "Ela não parou de fumar; na realidade, ela jamais fumou"); a negação polêmica se define como sendo a que coloca em cena não um locutor, mas um enunciador responsável por uma afirmativa virtual implícita; a negação descritiva passa a ser caracterizada como um derivado delocutivo da negação polêmica.

Um dos elementos mais importantes na exploração inicial de materiais para o processo de produção de *cópus*, e que definiu o fenômeno da dissimetria polifônica como um dos principais pontos de interesse da pesquisa, foi uma análise da dinâmica de produção de sentidos das *hashtags* #LivroSim e #ArmaNão. Tais *hashtags*, utilizadas principalmente por internautas que manifestavam apoio ao candidato Fernando Haddad e protestavam contra o candidato Jair Bolsonaro nas eleições de 2018, nos permitem observar uma dissimetria de vozes:

Quadro 2 – Análise da produção de sentidos nas *hashtags* #LivroSim e #ArmaNão:

	Enunciado 1	Enunciado 2	Campos Associados (Livro)
DITO (Hashtags presentes nos textos dos internautas)	LIVRO <u>SIM</u>	ARMA <u>NÃO</u>	Isenção tributária do livro; Educação; Liberdade de pensamento;
NÃO DITO (Enunciados subjacentes)	LIVRO <u>NÃO</u>	ARMA <u>SIM</u>	Projeto de tributação do livro; Controle da leitura; Censura ao livro;

Fonte: O autor, 2022

O enunciado “Livro sim” encontra-se nos textos de mensagens publicadas por internautas no Twitter e pode ser relacionado à defesa da isenção tributária do livro no Brasil, além de políticas públicas voltadas para a educação, como a Lei da Biblioteca Escolar. Já o enunciado “Livro não”, depreendido a partir do primeiro, pode ser associado à iniciativas que restringem o acesso ao livro, como o projeto de reforma tributária apresentado pelo governo Bolsonaro que prevê a tributação do livro no país, além de práticas de controle da leitura e censura ao livro. É importante pontuar que, contrariando as observações de Ducrot, o sentido de negação do enunciado depreendido “Livro não” está fundamentalmente evidente na afirmação “Livro sim”, de maneira tão clara quanto a afirmação estaria implícita na negação, no caso da negação polêmica.

Nesse sentido, da mesma forma que Ducrot teorizou a noção de negação polêmica, é possível falar também em uma afirmação polêmica. Ao analisar enunciados no gênero de classificados, Palmeira (2010, p. 83), aborda o conceito:

De acordo com os dados coletados na análise deste cópulo, é possível mostrar uma dissimetria entre enunciados afirmativos e negativos porque, neste caso, a negação é apresentada na afirmação de maneira mais fundamental que o contrário. Mas ao estudar a afirmação, como identificada

neste cópulo, desenvolveu-se um conceito que recebeu o nome de “afirmação polêmica”, por dialogar com o conceito de negação polêmica concebido por Ducrot.

Palmeira propôs a noção de afirmação polêmica no contexto do processo de análise de seu cópulo de pesquisa, com materiais pertencentes ao gênero discursivo dos classificados de imóveis. Dessa forma, cabe também observações sobre esse conceito no contexto do cópulo produzido e analisado no presente trabalho. Os enunciados “Livro sim” e “Arma não” podem ser classificados como pertencentes ao gênero discursivo dos enunciados reivindicatórios. Os enunciados reivindicatórios geralmente são produzidos no contexto de protestos e em forma de palavras de ordem. O funcionamento de um enunciado reivindicatório indica o ato de reivindicar aquilo que não se tem no momento, fazendo com que as vozes de reivindicação estabeleçam uma dissimetria polifônica com as vozes de uma constatação presente. Dessa maneira, por exemplo, as vozes da reivindicação “Livro sim” estabelecem uma dissimetria polifônica com o enunciado depreendido “Livro não”, pois só faz sentido enunciar em favor da defesa ou da importância dos livros se, para esse enunciatador, eles estiverem sendo atacados ou não estiverem recebendo a devida atenção.

Em minha segunda apresentação para o grupo de pesquisa, em maio de 2021, já consegui colher os frutos da primeira reunião, incorporando todos os feedbacks que havia recebido dos colegas de grupo para colocar meu projeto de pesquisa em movimento. Bibiana Campos me sugeriu que eu falasse dos usos políticos do livro pelos eleitores do Haddad nas eleições presidenciais de 2018, enquanto Roberta Calixto ponderou se não haveria uma relação entre esses usos políticos do livro por eleitores progressistas e a posterior proposta do governo Bolsonaro para tributar o livro, como se fosse uma espécie de punição ou retaliação. Roberta também comentou como a divulgação de certas pesquisas sobre leitura no Brasil poderiam ajudar a criar um imaginário onde o brasileiro teria essa espécie de “essência identitária” de não possuir o hábito da leitura. E Juliana Azevedo atentou para a importância das entradas linguísticas escolhidas para a coesão dos processos de análise de materiais na pesquisa. E foi a partir dessas contribuições que, nesse segundo momento, eu apresentei ao grupo um exercício de análise de enunciados publicados no Twitter sobre as apropriações políticas do livro pelos

eleitores de Fernando Haddad nas eleições de 2018, utilizando a categoria dos implícitos como entrada linguística.

A partir desses feedbacks do grupo de pesquisa, eu incorporei os materiais da Lei da Biblioteca Escolar e dos usos simbólicos do livro nas eleições de 2018 como alguns dos principais pontos de interesse da pesquisa, ganhando uma base para poder idealizar e produzir um *cópus* que pudesse articular os dois tópicos. Os materiais sobre a Lei da Biblioteca Escolar me permitiriam compreender melhor as relações entre livro, leitura e educação, para que então eu pudesse analisar os usos políticos do livro por eleitores progressistas defensores de um projeto político voltado para a educação.

1.3.2 Lei da Biblioteca Escolar: aniversário de dez anos no Twitter

Em 25 de maio de 2020, dia do aniversário de dez anos da promulgação da Lei da Biblioteca Escolar, diversas entidades e representantes da classe bibliotecária fizeram uma campanha de apoio ao cumprimento pleno da Lei 12.244/2010. Na rede social Twitter, foram compartilhadas diversas mensagens sobre o tema biblioteca escolar, o que fez com que a *hashtag* #Lei12244 ficasse entre os assuntos mais comentados da rede. Para produzir uma parte do *cópus* deste capítulo, inicialmente foi realizada a leitura de todas as mensagens postadas no Twitter em 25 de maio de 2020 que contivessem a *hashtag* #Lei12244. Para acessar as mensagens, foi inserido o termo “#Lei12244” na barra de pesquisa do site Twitter, ativando a ordenação de resultados por data de publicação e analisando somente as mensagens postadas em 25/05/2020.

A partir de uma leitura dessas primeiras mensagens, foram identificados três enunciados que estavam presentes de maneira recorrente: “Eu apoio a Lei 12.244”; “Escola tem que ter biblioteca”; “Biblioteca tem que ter bibliotecário”. Tais enunciados caracterizam palavras de ordem, enunciadas por pessoas que estavam postando mensagens de protesto contra o não cumprimento da Lei da Biblioteca Escolar. Nesse sentido, ao se destacar esses enunciados de palavras de ordem sobre a Lei 12.244 com marcas linguísticas, é possível depreender uma produção de sentidos que permite projetar as negações subjacentes às marcas destacadas,

apresentando assim dois polos de vozes distintos, em uma dissimetria polifônica: as vozes dos reivindicantes, representadas pelas mensagens dos internautas publicadas no Twitter e situado no campo do dito; e as vozes dos reivindicados, representadas pelas negações subjacentes projetadas pela produção de sentidos das marcas destacadas e situadas no campo do não dito.

Abaixo, podemos observar uma tabela em que foi selecionada uma amostra de mensagens publicadas no Twitter que utilizaram a *hashtag* #Lei12244, onde a partir do enunciado destacado “Eu apoio a Lei 12.244”, que caracteriza um enunciado de palavras de ordem, é possível depreender enunciados com negações subjacentes às marcas destacadas:

Quadro 3 – Mensagens postadas com o enunciado “Eu apoio a Lei 12.244”:

Usuário do Twitter:	Marca destacada no texto:	Negações subjacentes:
@GenilsonGeraldo	<p><u>Eu apoio a Lei 12.244!!!</u> Universalização das Bibliotecas Escolares. “Escola tem que ter Biblioteca” #bibliotecarios #bibliotecaescolar #Lei12244</p>	
@anarocco	<p>@melinwonderland Pode nos ajudar? <u>EU APOIO A LEI 12.244/2010.</u> Lei da Universalização das bibliotecas escolares. #Lei12244 #bibliotecaescolar #bibliotecario</p>	
@eurax66	<p><u>Eu apoio a Lei 12.244/2010</u> que versa sobre a universalização das bibliotecas escolares. Lei ainda não posta em prática. #lei12244 #biblioteca #biblioteconomia #bibliotecaescolar</p>	<p><u>Ninguém</u> apoia a Lei 12.244 / A lei 12.244 <u>não</u> tem apoio</p>
@duploandante	<p><u>Eu apoio a lei 12.244.</u> Escola tem que ter</p>	

	biblioteca! #bibliotecaescolar #lei12244 #Bibliotecario	
@bibliotecaria61	<u>EU APOIO A LEI 12.244/2010.</u> Lei de Universalização das bibliotecas escolares. #Lei12244 #bibliotecaescolar #25demaio	
@ericola88	<u>Eu apoio a Lei 12.244</u> de 24 de maio de 2010 que versa sobre a universalização das bibliotecas escolares. Para ler a lei: [link] #lei12244 #bibliotecario #bibliotecaria #biblioteconomia #bibliotecaescolar	
@Marlene24351438	<u>Eu apoio a lei 12.244/2010</u> Lei de Universalização das bibliotecas escolares. #Lei12244 #bibliotecaescolar #25demaio	

Fonte: O autor, 2022

Em seguida, temos uma amostra em que foram selecionadas mensagens com o enunciado “Escola tem que ter biblioteca”, novamente dependendo as negações subjacentes às marcas destacadas:

Quadro 4 – Mensagens postadas com o enunciado “Escola tem que ter biblioteca”:

Usuário do Twitter:	Marca destacada no texto:	Negações subjacentes:
@Camilla_Meneze	<u>Escola tem que ter biblioteca</u> com bibliotecário! Educação e Cultura é um direito de todos. #Lei12244 #bibliotecaescolar #Bibliotecário	Escola <u>não</u> tem biblioteca / Escola <u>não</u> precisa de biblioteca
@andrainemuselli	#Repost abibliotecaescolar Belo Horizonte, Brazil <u>ESCOLA TEM QUE TER BIBLIOTECA!</u> É LEI! COMPARTILHE ESSA IDÉIA! TODOS PELA BE. #bomdia #bibliotecaescolar [link]	
@marinabbiudes	Já que o Twitter não é só pra gritar #forabolsonaro ai vai: <u>escola tem que ter biblioteca</u> e biblioteca tem que ter bibliotecário!!!! #lei12244	
@CarlaNagahama	<u>Escola tem que ter biblioteca</u> e bibliotecário, é lei! Lei 12244/2010 #bibliotecaescolar #Lei12244	
@GenilsonGeraldo	Eu apoio a Lei 12.244!!! Universalização das Bibliotecas Escolares. <u>“Escola tem que ter Biblioteca”</u> #bibliotecarios #bibliotecaescolar #Lei12244	
@GamaThalita	Biblioteca tem que ter bibliotecário. <u>Escola tem que ter biblioteca</u> . Essa é uma luta de TODA A	

	SOCIEDADE. Pelo incentivo à leitura, incentivo ao pensamento crítico e formação do cidadão. #bibliotecaescolar #bibliotecario #Lei12244 #biblioteconomia	
@karenbertoldo	Hoje completam 10 anos da Lei 12.244/2010. <u>Escola tem que ter Biblioteca!!!</u> #bibliotecaescolar #Lei12244 #bibliotecario	

Fonte: O autor, 2022

E por fim, temos abaixo uma amostra em que foram selecionadas mensagens com o enunciado “Biblioteca tem que ter bibliotecário”, onde mais uma vez são depreendidas as negações subjacentes às marcas destacadas:

Quadro 5 – Mensagens postadas com o enunciado “Biblioteca tem que ter bibliotecário”:

Usuário do Twitter:	Marca destacada no texto:	Negações subjacentes:
@adilsonribeeiro	Escola tem de ter Biblioteca! <u>Biblioteca tem que ter Bibliotecário!</u> Sala de Leitura NÃO é biblioteca! A professora readaptada, e perto de aposentar, NÃO é Bibliotecária! #bibliotecaescolar #Bibliotecario #Biblioteca #Lei12244 #biblioteconomia RT pra ajudar!	
@marinabbiudes	Já que o Twitter não é só pra gritar #forabolsonaro ai vai: escola tem que ter biblioteca e <u>biblioteca</u>	

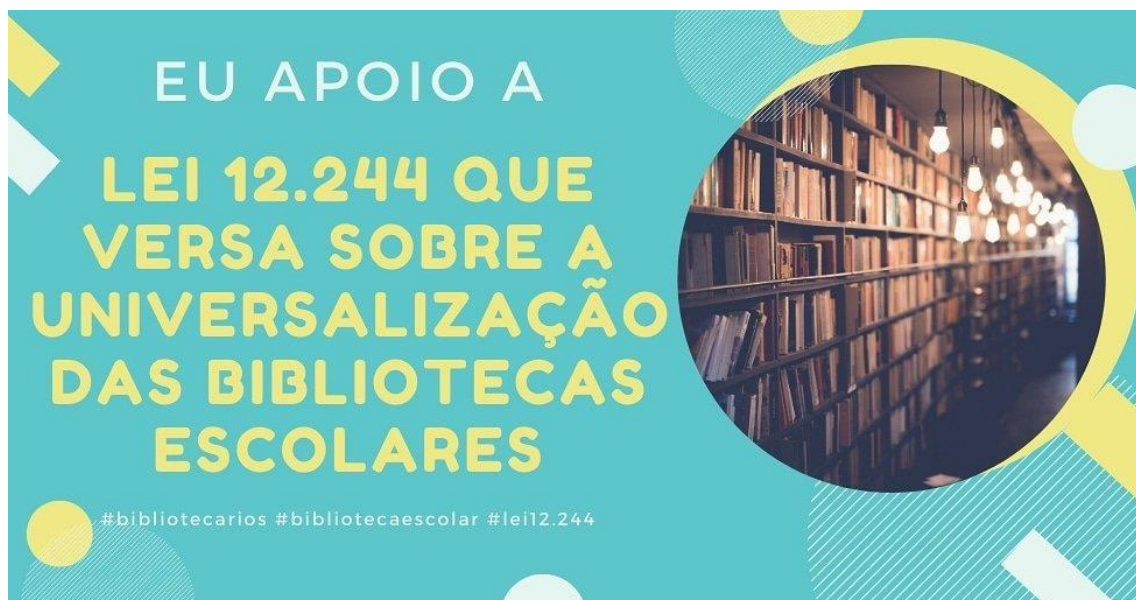
	<u>tem que ter bibliotecário!!!!</u> #lei12244	Biblioteca não tem que ter bibliotecário / Biblioteca não precisa de bibliotecário
@obrnaomemerece	E por fim, mas mais importante, <u>BIBLIOTECA TEM QUE TER BIBLIOTECÁRIO!</u> Ou tu vai num médico pra ser atendido por um mecânico?!? Chega de tratar a biblioteca como depósito de profissionais que não se enquadram mais em suas profissões. Valorize o bibliotecário.	
@tatyplummer	#bibliotecaescolar #Lei12244 #bibliotecas <u>Biblioteca tem que ter bibliotecário / bibliotecária!</u>	
@GamaThalita	<u>Biblioteca tem que ter bibliotecário.</u> Escola tem que ter biblioteca. Essa é uma luta de TODA A SOCIEDADE. Pelo incentivo à leitura, incentivo ao pensamento crítico e formação do cidadão. #bibliotecaescolar #bibliotecario #Lei12244 #biblioteconomia	

Fonte: O autor, 2022

Todas essas mensagens aqui analisadas foram postadas no dia 25/05/2020 e coletadas entre os dias 08 e 10 de agosto de 2020, acessando o site do Twitter. Além das mensagens textuais publicadas diretamente na rede social, muitos usuários também compartilharam imagens que continham textos com os enunciados destacados. Mensagens presentes em imagens não são indexadas pela ferramenta de busca do Twitter, e por isso foram identificadas manualmente na primeira fase de produção do corpús aqui já mencionada, onde foi realizada a leitura de todas as

mensagens postadas no dia 25/05/2020 que contivessem a *hashtag* #Lei12244. Abaixo, podemos observar um exemplo dessas imagens:

Imagem 2 – Exemplo de imagem postada com os enunciados destacados:



Fonte: Twitter. Disponível em: <https://twitter.com/Llynna05/status/1264930326352203776>

De maneira geral, observou-se que as mensagens presentes nos enunciados subjacentes identificados atacam diretamente princípios estabelecidos e reforçados pela Lei da Biblioteca Escolar, produzindo sua deslegitimação. No quadro 2, as negações subjacentes depreendidas “Ninguém apoia a Lei 12.244” e “A Lei 12.244 não tem apoio” atacam a legitimidade da Lei da Biblioteca Escolar ao produzirem uma ideia de esvaziamento da adesão à lei, podendo gerar o questionamento “Por que eu devo apoiar a Lei 12.244?”. Tais enunciados buscam reduzir a importância da lei para a sociedade. No quadro 3, os enunciados depreendidos “Escola não tem biblioteca” e “Escola não precisa de biblioteca” também atacam princípios estabelecidos pela Lei 12.244, ao produzirem uma ideia de que a biblioteca escolar seria algo dispensável para as escolas, podendo gerar o questionamento “Por que as escolas precisam de bibliotecas?”. Tais enunciados buscam estabelecer um conceito de escola onde supostamente bibliotecas não seriam necessárias, contrariando o texto da Lei da Biblioteca Escolar. No quadro 4, os enunciados depreendidos “Biblioteca não tem que ter bibliotecário” e “Biblioteca não precisa de bibliotecário” atacam princípios estabelecidos pela Lei 12.244 ao produzirem a ideia de que o profissional bibliotecário não seria essencial para o bom funcionamento de

toda biblioteca, podendo gerar o questionamento “Pra que as bibliotecas precisam de bibliotecários?”. Tais enunciados buscam reduzir a importância do bibliotecário na gestão das bibliotecas, contrariando outro princípio estabelecido no texto da Lei da Biblioteca Escolar.

Um ponto comum a todos os enunciados destacados e seus respectivos enunciados subjacentes é a presença de uma relação de poder entre os dois polos da dissimetria polifônica: em um lado está a legitimidade da biblioteca escolar, representada pela Lei 12.244 e as mensagens de apoio de internautas no Twitter; no outro lado está o discurso de deslegitimação da biblioteca escolar, observável a partir da produção de sentidos apreendidos nos enunciados destacados. A questão do poder foi amplamente estudada pelo filósofo francês Michel Foucault. Para o autor, o poder e o saber estão diretamente implicados, no sentido em que o poder produz efeitos no nível do desejo e do conhecimento. Kurtz (2019), ao comentar sobre as relações de poder na concepção proposta por Foucault, observa:

O poder não é apenas algo que se exerce em termos de ação, mas que também produz conhecimentos e saberes que moldam o que é aceitável ou não em uma sociedade. A produção do saber é uma ferramenta de coerção, pois faz os que são sujeitos ao poder acreditarem que esta é a forma correta de se pensar. (KURTZ, 2019, p. 25)

A autora ainda evidencia a relação existente entre poder e produção de verdade na obra de Foucault, apontando que:

A produção de verdade se encontra no cerne da existência do poder: ele se legitima porque é verdadeiro a partir da produção de conhecimento. Logo, a problemática do saber é de suma importância para a análise do poder: um não existe sem o outro e é preciso encontrar, segundo Foucault, onde se encontra o conhecimento que foi excluído dessa equação – e uma forma de realizar isso é por meio de suas genealogias. (KURTZ, 2019, p. 25)

Dessa forma, o poder exercido pelo discurso de deslegitimação da lei da biblioteca escolar busca produzir um conhecimento ou saber que molda e distorce a percepção de nossa sociedade sobre a importância das bibliotecas escolares, assim como a percepção sobre a importância do livro e da leitura. As negações observadas através da produção de sentidos das falas dos manifestantes contra o não cumprimento da Lei da Biblioteca Escolar são o principal mecanismo pelo qual se dá a deslegitimação observada, evidenciada por meio da marca linguística “não”, presente nos enunciados subjacentes situados no polo dos reivindicados. Esses

enunciados negativos, observáveis somente a partir da análise da produção de sentidos dos enunciados destacados nas mensagens publicadas no Twitter, constituem uma marca do discurso de deslegitimação da biblioteca escolar e atuam como um elemento de produção de verdade.

1.3.3 Eleições de 2018: eleitores e apropriações políticas do livro

Abaixo, podemos observar uma tabela em que foi selecionada uma amostra de mensagens publicadas no Twitter que utilizaram as *hashtags* #LivroSim e #ArmaNão, ordenadas por maior engajamento pela ferramenta de busca do Twitter. No campo do dito, podemos observar os enunciados presentes nos textos dos internautas. E depreendendo a produção de sentidos das marcas destacadas nesses textos, podemos observar o campo do não dito, com enunciados subjacentes aos produzidos pelos internautas e que permeiam um étos bolsonarista.

Quadro 6 – Mensagens postadas com enunciados sobre o livro nas eleições:

Usuário do Twitter:	Marca destacada no texto:	Implícitos Subjacentes:
@Gzgozzi	Eu apoio essa ideia. Domingo vamos todos votar com um LIVRO na mão . Vamos votar na democracia , vamos votar em #Haddad13 no #LivroSim e na #ArmaNao	Arma na mão; Fascismo
@marcus_brandao	Confiar na educação é a resposta. Vamos de amor sempre. #livrosim #armanão	Ignorância; ódio
@maybimxk	Amanhã vamos votar com um livro na mão , armados de educação e conhecimento! #LivroSim #ArmaNão #HADDAD13	Arma na mão; ignorância; desinformação
@sulvinteum	Identificada por <i>hashtags</i> como #MaisLivrosMenosArmas, #LivroSim, #ArmaNão e #VoteComUmLivro, a ação é um protesto em favor da	Fascismo; violência; injustiça

	democracia e dos direitos humanos , além de ser contra o candidato Jair Bolsonaro (PSL) #Eleições2018	
@rhobastos	Pela Democracia e contra o Fascismo. Brasil com Democracia em primeiro lugar #DemocraciaSim #LivroSim # respeito Sim #HaddadSim #PelaDemocraciaVote13 #FascismoNao #BolsonaroNao #ArmaNao	Fascismo; desrespeito
@victorlima1977	Onde você guarda seu preconceito? Não guarde, jogue fora! # diversidade #mais amor #armanão #livrosim em Sei Lá Onde Eu Tô	Intolerância; ódio
@FelipeFerreira	Um dia entre a democracia e a barbárie, minhas armas contra o fascismo estão prontas. #MaisLivrosMenosArmas, #LivroSim, #ArmaNao e #VoteComUmLivro #advogadovotaemadvogado # professor votaemprofessor	Fascismo; militarismo
@Rildascm	A carência dos poderes públicos estão levando muitos pais de crianças especiais virarem terapeutas, precisamos melhorar a educação , não com armas e sim professores . #HaddadSim #ArmaNao #EleNao #LivroSim #Autismo # diversidade	Ignorância; militarismo; intolerância
@guilhermesalla	Escolhi a liberdade e a democracia como protagonistas da história que escreveremos a partir de hoje... #HaddadSim #livrosim #armanão em Bairro Cardeal	Submissão; fascismo

Todas essas mensagens aqui analisadas foram postadas em outubro de 2020 e coletadas ao acessar a rede social Twitter, utilizando as *hashtags* #LivroSim e #ArmaNã. De maneira geral, observou-se que os sentidos produzidos pelos internautas a partir das marcas destacadas em suas postagens permeiam uma espécie de étos bolsonarista. Armamentismo, fascismo, violência, intolerância, ódio e desinformação são alguns dos sentidos depreendidos que parecem possuir uma coesão discursiva entre si.

De maneira geral, as marcas destacadas produzem uma dissimetria polifônica com os implícitos subjacentes apontados, onde é possível visualizar as vozes que permeiam um etos democrata de um lado, com as vozes que permeiam um etos autoritário do outro. Tal dissimetria fica ainda mais evidente se trouxermos para a análise as falas de Jair Bolsonaro que, em uma *live* na internet, “ameaçou” seus eleitores afirmando que, caso perca as eleições de 2022, os clubes de tiro do país serão transformados em bibliotecas.

De forma geral, a intenção deste capítulo foi abordar o tema da biblioteca escolar como um espaço de interseção para refletir sobre a relação entre livro, leitura e educação. E então, discutir os usos políticos do livro nas eleições presidenciais de 2018 para defender a democracia, a educação e a liberdade de expressão e pensamento. É necessário reconhecer que existe uma complexa rede de sentidos que faz com que um eleitor decida levar um livro nas mãos para simbolizar seu voto nas urnas. E cabe observar que tal ato, embora possa estar motivado por boas intenções, não deixa também de ser um ato de arrogância em certa medida, no sentido de que acaba excluindo as pessoas que não saibam ler ou não tenham tempo de vida para a leitura.

A análise de implícitos, não só em enunciados sobre a Lei da Biblioteca Escolar, como também em enunciados sobre o livro nas eleições presidenciais de 2018, nos permite utilizar a noção de dissimetria polifônica para tentar cartografar as forças que atravessam o livro em meio à polarização política do país. No próximo capítulo, serão analisados materiais sobre o projeto de lei apresentado pelo governo Bolsonaro que prevê a tributação do livro no Brasil.

2 QUEM PODE LER? CONTROLE DA LEITURA E CLASSE SOCIAL

2.1 Relações entre leitura e classe social

A proposição falaciosa de que pessoas pobres não consomem livros no Brasil, apresentada como uma das justificativas do projeto de reforma tributária do governo Bolsonaro que prevê a taxação do livro no país, é sustentada a partir de uma visão distorcida e elitista de sociedade. Criar impostos que encarecerão o livro só vai dificultar ainda mais o acesso à educação e à cultura pelas classes sociais economicamente mais vulneráveis, que deveriam ser justamente o grupo prioritário das políticas públicas de fomento à leitura. Nesse sentido, a proposta de taxar o livro atende aos anseios de um projeto de poder que visa, ao mesmo tempo, maximizar a exploração dos indivíduos e docilizar sua consciência política e social.

É importante refletirmos sobre certas cenas que permeiam o emaranhado de relações de poder em torno dos discursos sobre o livro e a leitura. O déficit de bibliotecas escolares em nosso país é uma importante pista desses embates, considerando as bibliotecas escolares como ferramentas fundamentais para a disseminação do conhecimento e fomento à leitura em um processo educacional de qualidade. No entanto, para a lógica neoliberal puramente utilitarista, a ausência de bibliotecas escolares significa não apenas a máxima otimização de recursos financeiros, como também a produção de indivíduos politicamente dóceis. Dessa maneira, o projeto neoliberal de poder atua como uma força que busca incessantemente neutralizar o potencial de transformação que a educação e a cultura possuem.

Certos recortes históricos iluminam as relações de poder que permeiam nossa sociedade, onde uma elite social busca explorar e controlar classes sociais mais vulneráveis por meio da limitação do acesso à educação e cultura. Afinal, quanto menor a capacidade do indivíduo de acessar e produzir informação socialmente, maior são as chances de submeter esse indivíduo aos mecanismos de controle e manipulação. Não existem dados precisos sobre a taxa de alfabetização no Brasil durante o período colonial. No entanto, em 1822, cerca de 85% da nossa população era analfabeta:

Não era do interesse da administração colonial, ou dos senhores de escravos, difundir essa arma cívica (a leitura). Não havia também motivação religiosa para se educar. A Igreja Católica não incentivava a leitura da Bíblia. Na colônia, só se via mulher aprendendo a ler nas imagens de Sant'Ana Mestre ensinando Nossa Senhora. (CARVALHO, 2002, p. 22-23)

José Murilo de Carvalho observa que a situação da educação durante o período colonial brasileiro não era precária somente na educação primária, mas também na educação superior. Principalmente quando comparados os dados das colônias da América espanhola com o Brasil, a diferença tornava-se bastante evidente:

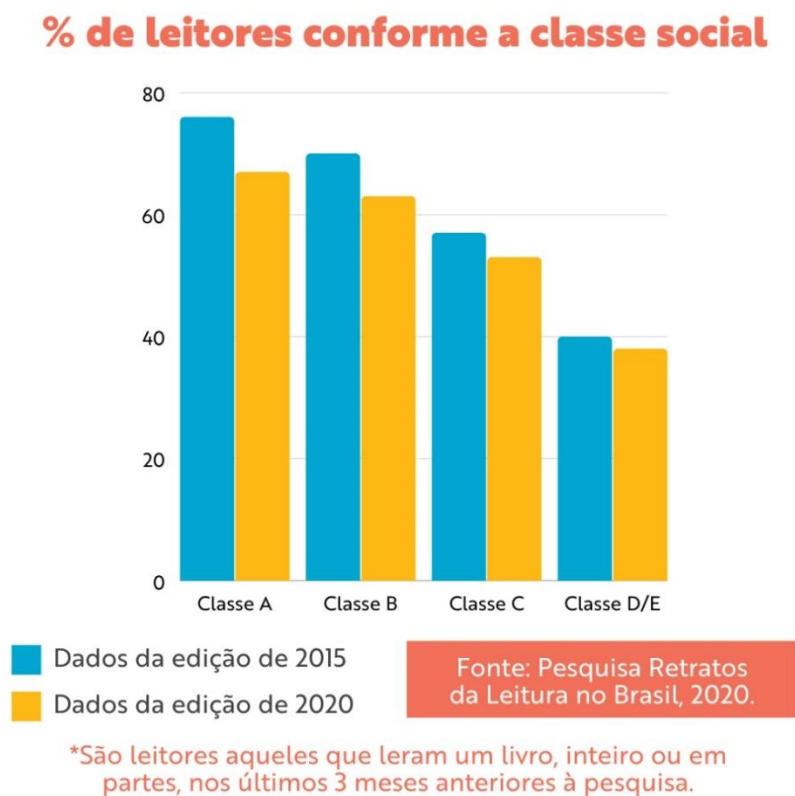
Em contraste com a Espanha, Portugal nunca permitiu a criação de universidades em sua colônia. Ao final do período colonial, havia pelo menos 23 universidades na parte espanhola da América, três delas no México. Umas 150 mil pessoas tinham sido formadas nessas universidades. Só a Universidade do México formou 39.367 estudantes. Na parte portuguesa, escolas superiores só foram admitidas após a chegada da corte, em 1808. Os brasileiros que quisessem, e pudessem seguir curso superior tinham que viajar a Portugal, sobretudo a Coimbra. Entre 1772 e 1872, passaram pela Universidade de Coimbra 1.242 estudantes brasileiros. Comparado com os 150 mil da colônia espanhola, o número é ridículo." (CARVALHO, 2002, p. 23)

Nesse sentido, o historiador evidencia que, mesmo após três séculos de colonização, em 1822 ainda faltava à grande maioria das pessoas no Brasil quase todas as condições para o acesso à educação. Em 1881, a Câmara dos Deputados aprovou a Lei Saraiva, que, entre outras coisas, proibiu o voto dos analfabetos, fazendo com que esse direito se tornasse um privilégio de apenas 0,8% da população nas eleições de 1886. Nesse sentido, é possível observar o funcionamento de uma rede de relações de poder que opera através do controle do acesso à educação e cultura, de maneira a potencializar o controle de uma elite social sobre as camadas mais baixas da sociedade. Tal reflexão sobre as relações históricas da sociedade brasileira com a educação e a leitura nos permite estabelecer um paralelo não só com a proposta de tributação do livro no país apresentada pelo governo Bolsonaro, como também com a precarização das políticas públicas voltadas para a criação e o fortalecimento das bibliotecas em nosso país.

Um dos principais argumentos utilizados pelo governo Bolsonaro para tentar justificar a proposta de taxaço do livro no Brasil é de que as classes sociais

economicamente vulneráveis não consomem livros, que supostamente seriam consumidos somente pelas elites do país. No entanto, esse é um argumento falacioso facilmente refutado: existem dados oficiais que desmentem a afirmação de que pobres não leem no Brasil: a pesquisa “Retratos da Leitura no Brasil” é realizada desde 2001 e tem como objetivo avaliar o comportamento do leitor brasileiro. Atualmente, a pesquisa é realizada pelo Instituto Pró-Livro, em uma periodicidade de 4 em 4 anos. Abaixo, podemos observar um gráfico com um mapeamento da porcentagem de leitores por classe social a partir dos dados publicados nas últimas duas edições da pesquisa:

Imagem 3 – Gráfico com a porcentagem de leitores no Brasil por classe social entre 2015 e 2020:



Fonte: PESQUISA Retratos da Leitura, 2019.

Como podemos notar, cerca de 38% dos entrevistados das classes D e E são leitores, enquanto 53% dos entrevistados da classe C são leitores. Ou seja: embora as classes A e B leiam mais, elas não são as únicas que leem. E se os livros forem taxados, os preços vão aumentar, o acesso vai diminuir e as classes C, D e E vão perder o acesso à leitura. Além disso, não haveria coerência em tentar justificar a

taxação de um produto pelo fato dele supostamente não estar sendo consumido pelas classes sociais mais vulneráveis. Por exemplo: se as pessoas não estiverem conseguindo comprar carne para comer, o governo também vai criar impostos sobre a carne para encarecer ainda mais o produto, usando como justificativa o fato de que apenas ricos comem carne? O mesmo valeria para os remédios? Não existe absolutamente nenhuma lógica na afirmação de que pobres não leem e muito menos na proposta de aumentar o preço de um produto porque ele estaria sendo pouco consumido. A não ser a lógica neoliberal de explorar ao máximo, docilizando sempre.

2.2 O Projeto de Lei (PL) da taxação do livro

A isenção tributária sobre a indústria de livros no Brasil foi proposta pela primeira vez em 1946, pelo consagrado escritor Jorge Amado, que foi deputado constituinte naquele ano. Sua proposta acabou sendo aprovada e incorporada à Constituição que foi promulgada naquele mesmo ano, por meio do Artigo 31, que vedou a cobrança de impostos sobre o papel destinado à impressão de jornais, periódicos e livros. Posteriormente, a isenção tributária do livro foi mantida pela Constituição de 1988, cujo Artigo 150 também veda a cobrança de impostos sobre livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão. Além disso, desde 2004 é garantida ao mercado de livros a isenção tributária da Cofins e do PIS/Pasep, por meio da Lei nº 10.865/2004.

74 anos depois da contribuição de Jorge Amado para a consolidação da imunidade tributária do livro em nosso país, em 2020 o governo Bolsonaro apresentou uma proposta que prevê a taxação do livro no Brasil. O PL 3887/20 apresenta um projeto de reforma tributária que pretende fundir a PIS/COFINS, criando um novo e único imposto chamado CBS (Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços). Um dos principais efeitos da criação desse novo imposto será o de fazer com que os livros percam sua isenção tributária, garantida desde 2004, fazendo com que passe a incidir um imposto de 12% sobre o seu valor. A Receita Federal publicou em seu site um documento para esclarecer dúvidas

sobre o projeto de reforma tributária defendido pelo governo Bolsonaro. No tópico 14 do documento, são apresentadas justificativas para a proposta de taxaço do livro:

Quadro 7 – Trecho de documento publicado pelo governo Bolsonaro, no site da Receita Federal, sobre a proposta de taxaço do livro no Brasil:

14. Por que a CBS será cobrada na venda de livros?

A venda de livros e do papel destinado à sua impresso são imunes à cobrança de impostos, nos termos do art. 150, VI, “d” da Constituiço Federal. Tal imunidade não se estende às contribuicoes para a seguridade social, como é o caso da Contribuiço para o PIS/Pasep e da Cofins. Em 2014, no entanto, foi concedida isenço legal dessas contribuicoes sobre a receita decorrente da venda de livros e do papel destinado à sua impresso.

Não existem avaliaçoes que indiquem que houve uma reduço do preço dos livros após a concesso da isenço da Contribuiço para o PIS/Pasep e da Cofins. Não foi identificada nem correlaço entre uma coisa e outra, tampouco relaço de causalidade entre a reduço das contribuicoes e eventual reduço do preço dos livros.

Na CBS, todos os benefcios fiscais e tratamentos diferenciados foram revistos com o objetivo de avaliar sua efetividade. Em sendo identificado o benefcio para a sociedade (reduço dos preços e estímulo ao consumo de bens meritórios), caberia ainda identificar qual a camada da populaço que estaria se beneficiando.

De acordo com dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares de 2019 (POF), famílias com renda de até 2 salários mínimos não consomem livros não-didáticos e a maior parte desses livros é consumido pelas famílias com renda superior a 10 salários mínimos.

Neste sentido, dada a escassez dos recursos públicos, a tributaço dos livros permitirá que o dinheiro arrecadado possa ser objetivo de políticas focalizadas, assim como é o caso dos medicamentos, da saúde e da educaço no âmbito da CBS.

(Documento da Receita Federal com perguntas e respostas sobre a CBS)

Fonte: Receita Federal. Disponível em:

<https://www.publishnews.com.br/estaticos/uploads/2021/04/K6jGGZPrunLw8Jju4v3W8PbUujrxOxGyrYuVTwW3VFQXv0AICHw5I2KtpuSFJJQm9MgTHVjA4j4AecWO.pdf>

O documento utiliza informações descontextualizadas para afirmar erroneamente que as famílias das classes economicamente mais vulneráveis não consomem livros não didáticos. Como já citado anteriormente, a pesquisa “Retratos da Leitura no Brasil” representa um grande exemplo de produção de dados técnicos e sólidos sobre as relações entre leitura e classe social no Brasil. Além disso, ao afirmar que a tributação dos livros permitirá que o dinheiro arrecadado possa ser objetivo de políticas focalizadas em educação, o texto busca produzir uma dissociação da relação entre livro e educação, como se a prática da leitura não fosse uma parte fundamental do processo de alfabetização e uma ferramenta essencial de compartilhamento e produção de conhecimento nas escolas e universidades. A biblioteca escolar, por exemplo, constitui um pilar fundamental de um processo educacional de qualidade justamente por ser um ponto focal de disseminação da prática da leitura em uma comunidade escolar. No entanto, para a lógica neoliberal, livro e leitura não estão relacionados à educação.

Imagem 4 – Paulo Guedes, ministro da Economia do governo Bolsonaro, em audiência na Comissão Mista da Reforma Tributária



Fonte: YouTube. Disponível em: <https://youtu.be/ywNo-ilAXW4>

Em uma audiência da Comissão Mista da Reforma Tributária, em agosto de 2020, o ministro da Economia Paulo Guedes defendeu a proposta de taxar o livro, afirmando que só os ricos leem no Brasil. Guedes ainda propôs que o governo fizesse doações de livros aos mais pobres, insinuando a criação de um programa de doações de livros onde, supostamente, o governo selecionaria quais livros estariam aptos ou adequados para a leitura pelos mais pobres:

Se nós aumentarmos o Bolsa-Família, nós vamos estar atendendo também. Agora eu acredito que, num primeiro momento, como fizeram com o Auxílio Emergencial, (os beneficiários) estavam mais preocupados em sobreviver do que em frequentar as livrarias que nós frequentamos. Então o nosso foco tem que ser justamente os mais frágeis. [...] Então vamos dar o livro de graça para o mais frágil e para o mais pobre. (Paulo Guedes)

Posteriormente, em abril de 2021, a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados realizou uma audiência pública sobre “A taxação de livros e o direito à educação e à cultura”, onde diversos membros da sociedade brasileira puderam debater sobre o projeto. A deputada federal Fernanda Melchionna, primeira bibliotecária da história a ocupar cargo no parlamento nacional, comentou na audiência:

Eu quero introduzir a nossa audiência pública falando que poucas vezes o livro foi tão atacado na história recente do Brasil. Talvez, na história recente, seja o maior ataque, nos últimos 30 anos. A gente tem uma dívida histórica, como Estado, com o povo brasileiro, no que diz respeito ao livro e à leitura. Eu sou bibliotecária, aliás a única e a primeira do parlamento nacional, cheguei até esse posto, essa função de ser deputada federal. E a gente sabe que o país tem uma história marcada por pouco incentivo ao livro e à leitura, a gente tem uma história marcada por governos que, enfim, por regimes que não valorizaram o livro. E temos uma história recente de tentar reverter essa desigualdade informacional que faz o Brasil ser um dos países com menos leitores da América Latina. Nós não estamos comparando com os países ricos, estamos comparando com os países da América Latina. Um país que viveu a barbárie da escravidão e acabou com a escravidão no final do século XIX e, ao mesmo tempo, só universalizou a educação para todo o povo brasileiro depois do final da República Velha. Que demorou a ingressar e universalizar a educação básica para as mulheres, negros e negras e filhos da classe trabalhadora. Um país ainda marcado por uma desigualdade social enorme, que também se reverte em desigualdade informacional. E que em 1946 colocou a imunidade tributária do livro na constituição de 1946 pela mão do Jorge Amado. Pela mão do Jorge Amado! E esse governo tá querendo tirar. (Deputada Fernanda Melchionna, 2021)

Fernanda Melchionna comentou também sobre a tendência, observada ao longo da história, como na ascensão no nazismo e do fascismo, onde queimavam-se

livros. E mencionou os cortes realizados pelo governo Bolsonaro na área da educação:

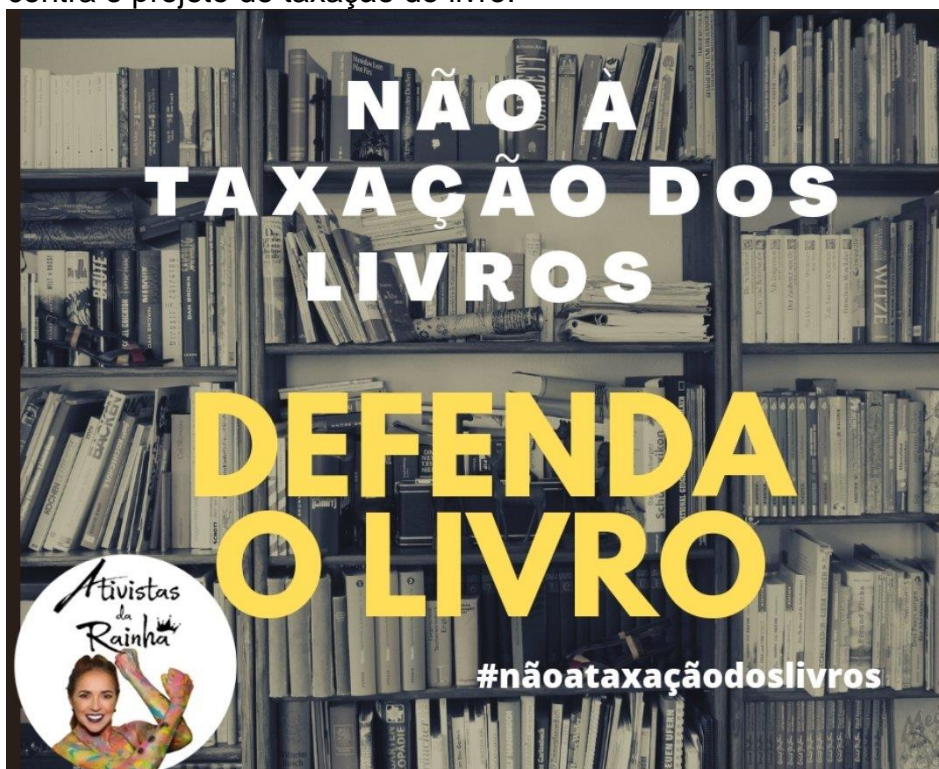
Me parece que em todos os momentos da história a extrema-direita, os governos autoritários, perseguiram os livros. Queimaram, no nazismo e no fascismo. Censuraram na ditadura civil-militar. E agora está meio fora de moda queimar livros, embora alguns, se pudessem, não tenho dúvida que fariam, alguns da extrema-direita evidentemente. Censurar, tentaram em 2019, né Sâmia? Tiveram que reverter na Bienal do Livro no Rio de Janeiro, tentaram censurar em São Paulo, no sistema carcerário. Tiveram que recuar porque felizmente as vozes democráticas levantaram. Então o governo que é inimigo do conhecimento só pode querer taxar os livros, cortar dinheiro da educação. Essa semana se cortou 2 bilhões da educação. E taxar livros para que as pessoas, de fato, não tenham acesso. Mas eu tô convencida, e conluo mesmo por aqui para te devolver os trabalhos, que não passarão. (Melchionna, 2021, em audiência pública)

A Deputada Federal Sâmia Bonfim, autora do requerimento que originou a audiência pública e que também participou dos debates no evento, chamou a atenção para o discurso elitista de que pobres não leem no Brasil e o fato de que o governo propôs a tributação do livro enquanto recusa taxar as grandes fortunas:

É fundamental debater de que forma a gente pode popularizar o acesso ao livro e à leitura, às bibliotecas públicas no país. E nos causou muita tristeza, não estranhamento, mas muita tristeza, o anúncio do aumento de taxa de livros em 12%. Ainda mais acompanhado de um discurso de que isso, de que a leitura é um hábito somente de ricos e ricas no Brasil. Sendo que essa postura faz justamente o processo inverso daquilo que todos nós esperamos. Um processo de elitização e de afastamento da possibilidade de ter um livro em casa, ou mesmo de disseminar livros e bibliotecas em todos os cantos do país. A gente deveria discutir, na verdade, a taxa de livros dos super ricos, talvez dos novos dez, onze novos bilionários que entraram para a lista da Forbes, que juntos concentram um patrimônio de cerca de 10% de todo o restante da fortuna que existe na sociedade brasileira. (Bonfim, 2021, em audiência pública)

A proposta de taxa de livros também repercutiu fortemente na mídia. Diversos internautas postaram mensagens nas redes sociais, protestando contra o projeto de taxa de livros, utilizando *hashtags* como #DefendaOLivro e #NãoÀTaxaçãoDosLivros.

Imagem 5 – Imagem compartilhada no Twitter em mensagem de protesto contra o projeto de taxação do livro:



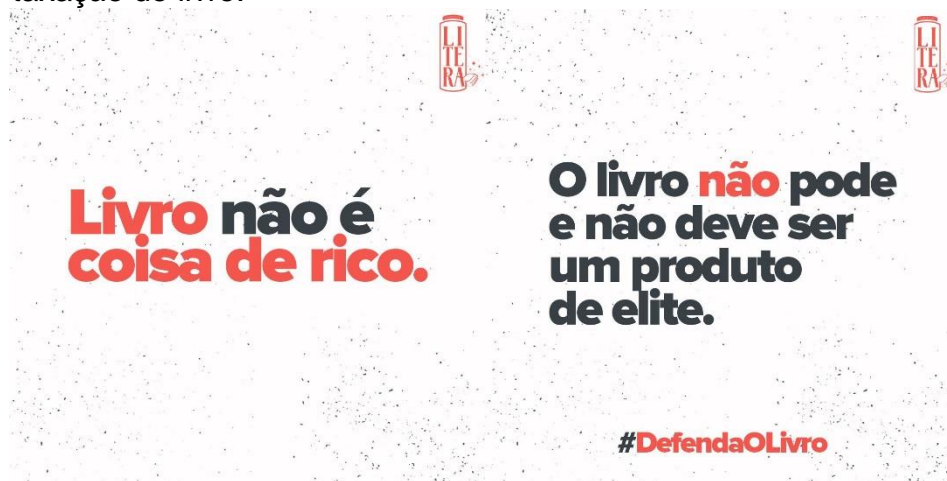
Fonte: Twitter. Disponível em: <https://twitter.com/leobianck/status/1386717457029681154>

O movimento “Defenda o Livro”, criado a partir da mobilização dos internautas nos protestos contra o projeto de taxação do livro e a publicação de mensagens com a *hashtag* #DefendaOLivro, também possui uma página própria na rede social Twitter, que pode ser acessada através do endereço @defendaolivro_. Na descrição da página, também é possível encontrar um link para uma petição online contra o projeto de taxação do livro, criada no site Change.Org. A página com a petição apresenta informações detalhadas sobre o projeto, enumerando os potenciais efeitos negativos que decorreriam de sua aprovação. Atualmente, a petição online conta com mais de 1 milhão e 400 mil assinaturas e o movimento também mantém páginas em outras redes sociais na internet, como o Instagram e o Tiktok.

2.3 Análises: falas sobre o PL da taxação do livro

Com relação aos materiais analisados sobre o projeto de lei que prevê a taxação do livro, ao analisar os enunciados produzidos por internautas brasileiros que protestaram contra a proposta no Twitter, observei que os enunciados negativos eram recorrentes na estratégia enunciativas das mensagens de protesto. Palavras de ordem como “Livro não é coisa de rico” e “O livro não pode e não deve ser um produto de elite” evidenciaram a presença recorrente da negação polêmica, conforme postulada por Ducrot (1987). Inclusive, em imagens compartilhadas pelos internautas, as marcas de negação das palavras de ordem dos protestos foram ressaltadas utilizando cores diferentes para conferir destaque ao enunciado negativo “não”:

Imagem 6 – Imagens com marcas de negação ressaltadas por cores, publicadas por internautas no Twitter em mensagens sobre o PL da taxação do livro:



Fonte: Twitter. Disponível em: <https://twitter.com/anaswxro/status/1382700012250005508> e <https://twitter.com/lldrisBR/status/1382413128516915208>.

Na rede social Twitter, a *hashtag* #NãoÀTaxaçãoDosLivros, utilizada nas mensagens de protesto contra a taxação do livro, ficou entre os assuntos mais comentados da rede. Nesse sentido, no processo de produção de cópuz deste capítulo, inicialmente foram lidas as mensagens postadas no Twitter que contivessem a *hashtag* #NãoÀTaxaçãoDosLivros. Para acessar essas mensagens, foi inserido na barra de pesquisas do site do Twitter o termo “#NãoÀTaxaçãoDosLivros”, ativando a ordenação de resultados por relevância, que exhibe primeiro as postagens que tiveram maiores índices de interações dos internautas (maiores números de visualizações, curtidas, compartilhamentos e comentários).

A partir da leitura dessas mensagens, foram identificados alguns enunciados que estavam presentes de maneira mais recorrente. Por exemplo, na referência a um embate entre classes sociais representada pelas palavras de ordem “Bilionários não” e “Livro não é coisa de rico”, foi possível depreender uma produção de sentidos a partir das marcas de negação “não” presentes nesses enunciados, o que permite visualizar os enunciados afirmativos subjacentes “Bilionários sim” e “Livro é coisa de rico”. Além disso, o enunciado “Não à taxaço dos livros” também pode ser analisado a partir do conceito de negação polêmica, onde é possível depreender o enunciado afirmativo subjacente “Sim à taxaço dos livros”. De maneira geral, os enunciados depreendidos permeiam um polo discursivo do não dito, projetado pelas vozes dos que defendem a taxaço do livro e recusam a taxaço das grandes fortunas, contrapondo-se às mensagens dos internautas cujas vozes recusam a taxaço do livro e defendem a taxaço das grandes fortunas, em uma relação de dissimetria polifônica.

Abaixo, podemos observar um quadro em que foi selecionada uma amostra com mensagens publicadas no Twitter que utilizaram a *hashtag* #NãoÀTaxaçoDosLivros, onde é possível não só observar os principais temas abordados pelas mensagens dos internautas, como também os enunciados subjacentes depreendidos a partir das marcas destacadas.

Quadro 8 – Amostra de Mensagens postadas utilizando a *hashtag* #NãoÀTaxaçoDosLivros:

Enunciados postados no Twitter:	Temas dos enunciados:	Enunciados subjacentes:
<p><u>Livros SIM. Bilionários NÃO.</u> #DefendaOLivro <u>#NãoÀTaxaçoDosLivros</u> #DiaMundialDoLivro</p>	<p>Taxaço dos livros; Taxaço das grandes fortunas; Dia Mundial do Livro; Classe social;</p>	<p>Livros não; Bilionários sim; Sim à taxaço dos livros; Não à taxaço das grandes fortunas;</p>
<p>Diga <u>#NãoÀTaxaçoDosLivros</u> A</p>	<p>Taxaço dos livros;</p>	<p>Sim à taxaço dos</p>

PEC estará em votação hoje na CCJ do Senado!!	PEC 110/19;	livros;
<u>Livro não é coisa de rico!</u> <u>Não à taxaço!</u> #DiaMundialDoLivro #DefendaOLivro <u>#NãoÀTaxaçãoDosLivros</u>	Taxação dos livros; Classe social; Dia Mundial do Livro;	Livro é coisa de rico; Sim à taxaço; Sim à taxaço dos livros;
Total apoio às livrarias e pela <u>não taxaço dos livros.</u> <u>#nãoataxaodoslivros</u>	Taxação dos livros; Livrarias;	Taxação dos livros; Sim à taxaço dos livros;
ATENÇÃO! Hoje será colocada em discussão e votação na CCJ do Senado a PEC 110/19. Essa PEC abre a possibilidade de aumentar a taxaço de livros! Apresentamos duas emendas (243 e 244) que dão um basta definitivo à taxaço! Nos ajude a mobilizar! <u>#NãoÀTaxaçãoDosLivros</u>	Taxação dos livros; PEC 110/19	Sim à taxaço dos livros;
Hoje é #DiaMundialDoLivro. Defenda o livro! <u>#NãoÀTaxaçãoDosLivros</u>	Taxação dos livros; Dia Mundial do Livro;	Sim à taxaço dos livros;
Segunda-feira tem audiência pública na câmara para discutir a taxaço dos livros	Taxação dos livros; Audiência pública;	Sim à taxaço dos livros;

<p>pelo governo. Nós, sociedade civil, temos que nos manifestar. Não podemos deixar passar.</p> <p><u>#naoataxacaodoslivros</u></p>		
<p>É amanhã!! Defenda a <u>não taxaço dos livros!!!!</u> Manifeste-se!!! #danielamercury #ativistasdarainha #livros <u>#naoataxacaodoslivros</u></p>	<p>Taxação dos livros; Audiência pública;</p>	<p>Taxação dos livros; Sim à taxaço dos livros;</p>
<p>Pela <u>taxação dos livros ricos! Nacionais-revolucionários e dissidentes sim! Bilionários não!</u> #DefendaOLivro #NãoÀTaxaçãoDosLivros #DiaMundialDoLivro</p>	<p>Taxação dos livros; Taxação de grandes fortunas; Classe social;</p>	<p>Taxação dos livros; Não taxaço dos ricos; Nacionais-revolucionários não; Dissidentes não; Bilionários sim;</p>
<p>Não se deixem enganar. <u>#naoataxacaodoslivros</u> <u>#naoareformaadministrativa</u></p>	<p>Taxação dos livros; Reforma administrativa;</p>	<p>Sim à taxaço dos livros; Sim à reforma administrativa</p>
<p>Nosso voto é nossa arma! <u>#naoareformaadministrativa</u> <u>#naoataxacaodoslivros</u></p>	<p>Taxação dos livros; Reforma administrativa; Eleições;</p>	<p>Sim à taxaço dos livros; Sim à reforma administrativa</p>

Fonte: O autor, 2022

Um outro ponto interessante a ser observado é a presença do enunciado “Não à Reforma Administrativa” em algumas mensagens de protesto contra o PL 3887/20, servindo para ilustrar a complexidade da rede de sentidos que atravessa a recusa ao projeto de taxaço de taxaço do livro, pois posiciona também a defesa aos direitos dos funcionários públicos e ao serviço público brasileiro no mesmo polo discursivo das vozes que protestam contra a taxaço do livro e defendem a taxaço das grandes fortunas. O que adiciona a dissimetria público versus privado no campo de embates discursivos que se relacionam com livro, leitura e classe social. Nesse sentido, ao analisarmos os enunciados subjacentes depreendidos a partir de certas marcas de negação presentes nas mensagens dos internautas, é possível cartografar as relações entre o dito e o não dito:

Quadro 9 – Análise das marcas de negação em enunciados relacionados às mensagens de protesto contra o projeto de taxaço do livro no Brasil.

	Enunciado 1	Enunciado 2	Enunciado 3	Enunciado 4
DITO (Enunciados publicados pelos internautas)	<u>Não</u> à taxaço dos livros	Bilionários <u>não</u>	Livro <u>não</u> é coisa de rico	<u>Não</u> à Reforma Administrativa
NÃO DITO (Enunciados subjacentes)	<u>Sim</u> à taxaço dos livros	Bilionários <u>sim</u>	Livro <u>é</u> coisa de rico	<u>Sim</u> à Reforma Administrativa

Fonte: O autor, 2022

A *hashtag* #DefendaOLivro também serve com um interessante ponto de análise da relevância da negação polêmica para a estratégia discursiva dos internautas que postaram mensagem protestando contra a taxaço do livro. Analisando mensagens postadas por internautas no Twitter que utilizaram a *hashtag* #DefendaOLivro, foi possível também observar a presença de marcas de negação em que é possível depreender enunciados afirmativos subjacentes:

Quadro 10 – Análise de mensagens postadas utilizando a *hashtag* #DefendaOLivro:

Enunciados com marca de negação polêmica:	Enunciados afirmativos subjacentes:
O livro não é coisa de rico	O livro é coisa de rico
O livro não é um produto de elite	O livro é um produto de elite
Ler não deveria ser um privilégio	Ler deveria ser um privilégio
O livro não é um artigo de luxo	O livro é um artigo de luxo
O livro não deve ser exclusivo de alguns	O livro deve ser exclusivo de alguns
O trabalho de um autor não é para sustentar roubo de governo	O trabalho de um autor é para sustentar roubo de governo

Fonte: O autor, 2022

O próprio enunciado presente na *hashtag* #DefendaOLivro também pode ser analisado a partir de uma concepção de dissimetria entre enunciados, onde as vozes que bradam “Defenda o livro” se contrapõem às vozes que sustentam um “Ataque o livro”. Nesse sentido, assim como a proposta de tributação do livro no país constituiria um ataque ao livro, a rede de sentidos estabelecida no quadro 9 nos permite depreender os enunciados “Defenda o pobre” e “Defenda o público” como pertencentes ao mesmo polo discursivo do enunciado “Defenda o livro”.

A importância da negação para a estratégia discursiva dos protestos contra a taxaço do livro também pode ser observada nas falas ocorridas na audiência pública sobre o tema, realizada pela Comissão de Educação da Câmara dos Deputados em abril de 2021. Ao se analisar um trecho da fala de Mônica Adriano de Souza na audiência, sobre as vozes dos mais de 1 milhão e 400 mil signatários uma

petição online organizada pelo site Change.Org contra a tributação do livro, é possível visualizar a importância do “dizer não”:

Quadro 11 – Trecho de fala realizada em audiência pública da Câmara dos Deputados sobre o projeto de taxaçoão do livro:

Mônica Adriano de Souza – Change.Org Brasil

“Antes de mais nada, eu gostaria de ressaltar que esse momento aqui é um momento histórico. E eu digo que é um momento histórico por dois motivos: por um lado, revela de forma nua e crua uma triste realidade de nosso país. Nós somos uma nação que tenta taxar o maior bem cultural e educacional do mundo. E ao mesmo tempo em que deseja zerar impostos relativos à importação de armas de fogo. É quase que um tanto irônico esse paralelo. Por outro lado, esse momento também ficará marcado como um dia em que uma jovem de 18 anos subiu à tribuna do parlamento, representando mais de 1 milhão e 400 mil vozes, para **dizer não**. Dizer não, não vamos deixar que vocês tributem a nossa educação, a nossa cultura e o nosso futuro. Essa data será lembrada como o dia em que precisamos pegar emprestadas as palavras da ativista paquistanesa Malala para dizer que **a gente muda o mundo não com arma de fogo nas mãos, mas com caneta e livros**. Me entristece ver que o país de Jorge Amado, como foi colocado anteriormente, Monteiro Lobato, Clarice Lispector, Maurício de Souza, Carolina Maria de Jesus e outros incríveis e maravilhosos autores, **recusa-se a taxar grandes fortunas mas deseja tributar livros**.” (Audiência Pública da Câmara Federal sobre a taxaçoão do livro)

Fonte: Audiência da Câmara dos Deputados sobre a taxaçoão do livro. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=qO304OG6Csg&ab_channel=C%C3%A2maradosDeputados

No trecho da fala de Mônica, também é possível notar não apenas uma menção à dissimetria entre vozes que defendem livros e vozes que defendem armas, como também à dissimetria entre vozes que defendem a taxaçoão do livro e vozes que defendem a taxaçoão das grandes fortunas.

De maneira geral, a intenção deste capítulo foi abordar o tema do projeto de lei apresentado pela equipe econômica do governo Bolsonaro, que prevê a taxaçoão

do livro no país. O proposta exemplifica uma prática de controle da leitura, no sentido em que gera efeitos que reduzem o acesso ao livro e à leitura pelas classes economicamente mais vulneráveis e propõe como um suposto mecanismo de compensação a criação de um programa governamental de doação de livros aos mais pobres. No entanto, inviabilizar que uma determinada classe social consiga consumir livros livremente, através da criação de impostos e aumento dos preços do produto, propondo ainda a criação de um sistema de doações onde o governo escolherá quais livros poderão ser lidos ou não por essa classe, não configuraria efetivamente um tipo de censura ao livro? Na prática, existe muita diferença entre ter o seu direito à leitura violado por uma equipe de fiscais que recolhem das livrarias os livros que consideram inadequados, e ter seu direito à leitura violado por uma medida que inviabiliza o consumo de livros por meio do aumento de seu preço? E sobre a proposta de doações de livros para “compensar” o aumento dos preços: não estariam os censores propondo assumir o lugar de decidir o que deve ser lido ou não, da mesma forma que uma equipe de fiscais resolve não recolher determinados livros de um evento literário?

Os materiais analisados, a partir da noção de negação polêmica, nos permitem cartografar os embates discursivos que permeiam os protestos contra o projeto de taxação do livro. Ao depreender enunciados afirmativos subjacentes das marcas de negação presentes nas mensagens dos internautas, podemos observar uma formação discursiva que defende a taxação do livro e dos mais pobres, enquanto recusa a taxação dos ricos e das grandes fortunas. Demonstrando que as práticas de controle da leitura também são permeadas pelos embates entre classes sociais: pobres e ricos; a “plebe” e a elite. Dessa forma, a análise de implícitos sobre o projeto de taxação do livro se mostra muito produtiva para discutir a relação entre o preconceito de classe projetado por Paulo Guedes ao afirmar que pobres não leem no Brasil, com as práticas de controle da leitura e censura ao livro praticadas pelo governo Bolsonaro.

3 O QUE PODE SER LIDO? PRÁTICAS DE CENSURA AO LIVRO

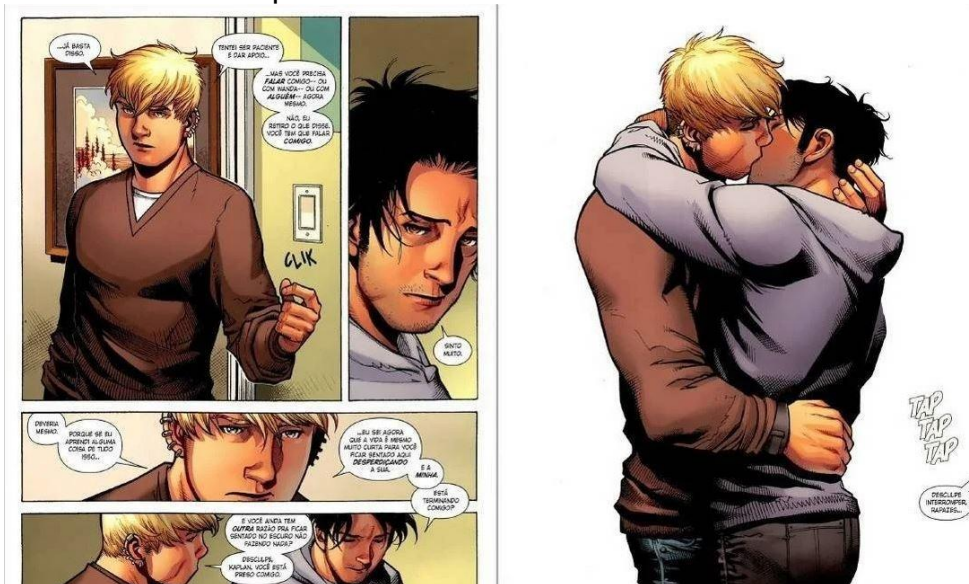
3.1 Censura na Bienal do Livro do Rio de Janeiro

A Bienal Internacional do Livro do Rio de Janeiro é considerada o maior evento cultural da cidade do Rio de Janeiro e uma das maiores festas literárias do país. O evento é organizado desde 1983 e atualmente ocorre nas dependências do Riocentro, na zona oeste da cidade. Na Bienal do Livro, os visitantes têm a oportunidade de conhecer pessoalmente autores literários, assistir palestras e debates, além de conhecer os estandes das principais livrarias e editoras do país. De forma geral, trata-se de um evento importantíssimo para a formação de novos leitores e o fomento à prática da leitura, principalmente se considerarmos o grande déficit de bibliotecas públicas e escolares em nosso país. Muitos alunos da rede pública de ensino, por exemplo, são apresentados ao universo dos livros e da leitura através das excursões escolares que são organizadas para a Bienal do Livro. Minha primeira visita a esse evento foi em uma dessas excursões organizadas pela escola pública onde eu estudava na época e, ao longo dos anos, cultivei a tradição de visitar todas as edições do evento com meus pais, familiares e amigos. Certamente o meu contato com a Bienal do Livro contribuiu para que, no futuro, eu escolhesse cursar uma graduação em Biblioteconomia e me tornasse um bibliotecário.

Na 20ª edição da Bienal do Livro, realizada em dezembro de 2021, foram vendidos mais de 2 milhões de obras ao longo de seus dez dias de evento. Mais de 1 milhão de pessoas participaram de atividades presenciais e virtuais, onde 34,5% do público presente esteve na Bienal pela primeira vez, com mais da metade desses novos visitantes estando na faixa etária entre 18 e 25 anos. Números expressivos, que ilustram parte da importância do evento para a formação de novos leitores e o incentivo à leitura de maneira geral. No entanto, na edição do evento ocorrida em 2019, a sacralidade democrática desse espaço de disseminação cultural e circulação do conhecimento infelizmente foi violada pelo obscurantismo e o autoritarismo que se intensificaram em nosso país nos últimos anos, em mais um episódio lamentável da escalada das práticas de controle da leitura.

Em 06 de setembro de 2019, durante a semana da Bienal do Livro no Rio de Janeiro, um grupo de fiscais da Secretaria Municipal de Ordem Pública da Prefeitura do Rio de Janeiro percorreu os estandes do evento, sob ordens do então prefeito da cidade, Marcelo Crivella. A ação autoritária tinha o objetivo de recolher livros que fossem considerados “inadequados” pela orientação ideológica de Crivella, bispo evangélico que é adepto de uma pauta de costumes homofóbica e que havia apoiado abertamente a candidatura de Bolsonaro nas eleições de 2018. Entre os principais alvos da ação do prefeito, estavam os livros com temáticas relacionadas ao público LGBTQIA+, como a graphic novel intitulada “Vingadores: A Cruzada das Crianças”, história em quadrinhos publicada pela mundialmente famosa editora de HQs Marvel Comics, e que chegou a ser recolhida dos estandes da Bienal naquele dia porque, em uma de suas páginas, a obra trazia uma imagem de um beijo entre dois personagens masculinos que eram namorados: os super-heróis Wiccano e Hulking.

Imagem 7 – Imagem da *graphic novel* “Vingadores: A Cruzada das Crianças”, recolhida da Bienal pela equipe de fiscais de Crivella, por ser considerada inadequada:



Fonte: HQ “Vingadores: A Cruzada das Crianças”, da Marvel Comics

Em resposta ao ato autoritário de censura praticado por Crivella e sua equipe de fiscais, com o recolhimento da obra dos estandes do evento, iniciou-se uma grande reação, não só do público presente presencialmente no evento, como também de internautas nas redes sociais na internet. Nas dependências do

Riocentro, diversas pessoas se reuniram para protestar contra a ação dos fiscais, mobilizando passeatas pelos corredores da Bienal, exibindo cartazes e entoando palavras de ordem. Diversos autores, livreiros e profissionais do mercado editorial que participavam do evento também se juntaram aos protestos. Na internet, internautas de todo o país publicaram mensagens contra o ato de censura de Crivella, com postagens que se espalharam pelas redes sociais como o Facebook e o Twitter. Celebidades e influenciadores também se engajaram nas ações de protesto, como por exemplo o famoso *youtuber* brasileiro Felipe Neto, que promoveu uma distribuição gratuita de cerca de 14 mil livros com temáticas LGBTQIA+ no local do evento. Diversas autoridades públicas também se manifestaram sobre o episódio, como por exemplo o ministro do Supremo Tribunal Federal Celso de Mello, que em uma nota à jornalista Mônica Bergamo, do Jornal Folha de São Paulo, comentou que um novo e sombrio tempo se anunciava sobre nosso país, com intolerância, repressão ao pensamento e repúdio à democracia.

Imagem 8 – Fiscais da Prefeitura do Rio recolhendo obras na Bienal do Livro:



Fonte: Portal Ig. Disponível em: <https://gente.ig.com.br/cultura/2019-09-06/prefeitura-vistoria-bienal-do-livro-em-busca-de-material-erotico.html>

Buscar controlar o que pode ou não ser lido pelas pessoas é exercer um mecanismo de docilização dos indivíduos. A censura ao livro é uma tentativa de adestramento do pensamento, que objetiva estabelecer como verdade determinadas visões distorcidas de mundo, a partir da eliminação de ideias contrárias a essas visões. Por meio da produção de conhecimento, o poder determina aquilo que é

aceitável ou não, atuando como uma ferramenta de coerção do pensamento dos sujeitos e estabelecendo verdades estruturantes. Poder e saber estão diretamente relacionados, pois a produção de saberes, com status de verdade, confere legitimidade ao exercício do poder. Nesse sentido, existe uma relação direta entre leitura, educação e poder. A leitura, como uma atividade de produção de saberes, tem o potencial de emancipar o pensamento crítico do leitor, permitindo que ele não apenas tenha subsídios para questionar as forças dos projetos de poder que o atravessam constantemente, como também possua condições de se posicionar como um agente de disseminação e produção do conhecimento.

Afinal, conforme observa Roberto Machado em Foucault (2019), o poder possui um objetivo ao mesmo tempo econômico e político: aumentar a utilidade econômica dos indivíduos a partir do aproveitamento máximo e contínuo de suas capacidades; e, ao mesmo tempo, diminuir a força política dos indivíduos, docilizando-os e neutralizando suas resistências. Dessa forma, a função básica do poder não é exercer uma força repressiva sobre as pessoas, mas sim controlá-las e aperfeiçoá-las a partir de uma lógica puramente utilitarista. Absolutamente nada está isento de poder, que sempre está presente como uma espécie de máquina social e que é exercido como uma multiplicidade de relações de forças. Toda a estrutura social está imersa nessa rede de dispositivos ou mecanismos que permeia todos os indivíduos. E se, por um lado, existem em nosso país diversos projetos liberais de poder que trabalham pela precarização da educação e a docilização política dos indivíduos, por outro lado também existem aqueles que se opõem a essa perspectiva elitista e autoritária e defendem uma sociedade mais democrática, justa e diversa.

Posteriormente, neste capítulo, serão analisados materiais sobre o episódio de censura na Bienal do Livro do Rio de Janeiro.

3.2 O expurgo de livros na Fundação Palmares

A Fundação Cultural Palmares (FCP) é uma fundação pública federal brasileira, inicialmente vinculada ao Ministério da Cultura. A entidade foi criada na década de 1980, instituída pela Lei Federal nº 7.668, de 22 de agosto de 1988. Seu

objetivo, conforme descrito na lei, é “promover a preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira.”. Entre suas principais atribuições, estão: a promoção e o apoio de eventos relacionados com seus objetivos; a promoção e o apoio do intercâmbio com outros países e entidades internacionais para a realização de pesquisas e estudos relacionados à história e cultura dos povos negros; e a realização e identificação dos remanescentes das comunidades dos quilombos, procedendo no reconhecimento, delimitação e demarcação das terras por eles ocupadas.

A criação da Fundação Cultural Palmares pode ser considerada um marco na história do Brasil, principalmente por ter sido o primeiro órgão federal voltado para a preservação e disseminação da cultura negra no país. A instituição, por exemplo, exerceu um importante papel no apoio à Lei 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino da História da África nas escolas brasileiras. Em 2013, durante as comemorações dos 25 anos da instituição, Carlos Alves Moura, primeiro presidente da Fundação, comentou sobre a história da FCP em uma entrevista que se encontra disponível no site oficial da instituição:

Eu não posso deixar de voltar há 25 anos e rememorar como a Palmares foi instituída. Algumas pessoas podem não acreditar no que eu vou dizer, mas a Palmares foi um sonho nascido de uma entidade criada aqui em Brasília que se chamava Centro de Estudos Afro-brasileiros. Em função do trabalho dessa entidade, do movimento negro e da sociedade de um modo geral, os governos se sensibilizaram ou não puderam resistir à pressão dos movimentos e decidiram criar uma instituição para a preservação dos valores recorrentes da cultura negra na sociedade brasileira. Evidentemente também para encontrar mecanismos que pudessem nos ajudar a superar o racismo, o preconceito e a discriminação. (Carlos Alves Moura)

Moura também observa que, com a mudança de governos, surgiram legislações que visavam extinguir o então Ministério da Cultura e todas as suas entidades vinculadas, o que também incluía a FCP. E que, somente após muita luta e articulação política com parlamentares, foi garantida a permanência da Fundação Cultural Palmares. Em 2019, o Ministério da Cultura foi extinto pelo governo Bolsonaro, por meio da Medida Provisória nº 870, que posteriormente foi consolidada na Lei 13.844. Foi criada então a Secretaria Especial da Cultura (Secult), como uma pasta do Ministério do Turismo. Por isso, atualmente, a FCP está vinculada ao Ministério do Turismo.

Ainda em 2019, a Secretaria Especial da Cultura nomeou Sérgio Nascimento de Camargo, político filiado ao Partido Liberal (PL), para o cargo de presidente da Fundação Cultural Palmares. A nomeação de Sérgio Camargo causou uma onda de reações na sociedade brasileira, por conta de suas diversas declarações públicas, preconceituosas e negacionistas, sobre o racismo no Brasil. Em suas redes sociais, classificou o racismo no Brasil como “nutella”, afirmando que “Racismo real existe nos Estados Unidos. A negrada daqui reclama porque é imbecil e desinformada pela esquerda”. E defendeu a abolição do Dia da Consciência Negra, justificando que o feriado causaria perdas à economia do país em nome de um “falso herói dos negros” (Zumbi dos Palmares) e de uma agenda política que alimentaria o revanchismo histórico e o vitimismo do negro. Ainda sobre a proposta de extinção do Dia da Consciência Negra, Camargo declarou:

Claro que tem que acabar o Dia da Consciência Negra, que é uma data da qual a esquerda se apropriou para propagar vitimismo e ressentimento racial. Isso não é uma data do negro brasileiro. Isso é uma data de minorias empoderadas pela esquerda, que propagam o ódio, ressentimento e a divisão racial. (Sérgio Camargo)

Após meses de uma gestão bolsonarista pautada na negação do racismo e a pejorativização dos movimentos negros, em 2021, as ações de Sérgio Camargo à frente da Fundação Cultural Palmares alcançaram um outro nível de destrutividade. Sob sua gestão, a FCP publicou o relatório público intitulado “Retrato do Acervo: Três décadas de dominação marxista na Fundação Cultural Palmares”, atacando ferozmente a presença de livros não compatíveis com a doutrina bolsonarista no acervo bibliográfico da instituição. Segundo o documento, cerca de 54% das obras presentes no acervo da biblioteca da FCP seriam de “temáticas alheias à negra”, baseando-se em um processo de classificação temática de livros sem absolutamente qualquer critério técnico embasado pela biblioteconomia ou qualquer outra área científica relacionada à organização do conhecimento. Sérgio Camargo também anunciou que as obras consideradas “ideologicamente inadequadas” seriam excluídas do acervo da biblioteca da FCP, criando um aposento no acervo para isolar todas as obras que censurou do restante da biblioteca, nomeando-o como “Acervo da Vergonha”.

Imagem 9 – Foto da placa da sala de livros censurados:



Fonte: Carta Capital. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/fundacao-palmares-tera-acervo-da-vergonha-para-obras-que-considera-comunistas/>

De maneira geral, a linguagem empregada pelo relatório “Retrato do Acervo” apela para elementos relacionados à pauta de costumes do governo bolsonarista, comumente circulantes em páginas e perfis de redes sociais vinculados à extrema-direita. Com termos como “revolução sexual”, “sexualização de crianças”, “bandidolatria” e “revoluções marxistas”, o texto busca produzir uma proximidade de sentidos entre o campo político progressista (geralmente chamado de “esquerda” ou “comunistas” pelo documento) com uma semântica pejorativa que o criminaliza. Abaixo, podemos observar um texto presente na introdução do relatório, assinado pelo próprio Sérgio Camargo:

Quadro 12 – Introdução do relatório “Retrato do Acervo”:

<p>Texto assinado por Sérgio Camargo, então presidente da Fundação Cultural Palmares</p>
<p>Palmares para o Brasil</p> <p>Caro cidadão brasileiro, você tem em mãos o primeiro volume de dois relatórios que descortinam o acervo da Fundação Cultural Palmares. O primeiro aborda o material bibliográfico, e o segundo abordará o museológico e o iconográfico.</p> <p>São dois estudos que desmistificam a suposta existência de um “grandioso acervo”. Infelizmente, no lugar de grandiosidade, temos um acervo defasado e brutalmente parcial, uma vez que totalmente engajado nas lutas da esquerda e completamente alheio à realidade do negro brasileiro. É um acervo contrário às finalidades da Instituição.</p>

Todas as pessoas de bem ficarão chocadas ao descobrir que uma instituição mantida com o dinheiro dos impostos, sob pretexto de defender o negro, abriga, protege e louva um conjunto de obras pautadas pela revolução sexual, pela sexualização de crianças, pela bandidolatria e por um amplo material de estudo das revoluções marxistas e das técnicas de guerrilha.

Evidentemente, não nos limitaremos a essa identificação do desvio de função e da constatação da quase total inutilidade do atual acervo. Nós vamos construir um Centro de Estudos Negros - CEN; e nele teremos uma série de conteúdos e ações que servirão de fato à promoção da cultura negra e à valorização do negro como parte inseparável do povo brasileiro, sem vitimismos, militâncias e segregações. Somos um só povo, e são o caráter, o esforço e a honestidade que devem nos definir, e não a cor da pele.

Fonte: FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2021, p.5.

As ações autoritárias empreendidas pela gestão bolsonarista de Sergio Camargo na FCP em 2021, assim como a ação coordenada por Marcelo Crivella na Bienal do Livro do Rio de Janeiro em 2019, representam um enorme retrocesso para a democracia e a livre circulação de ideias em nossa sociedade. Em ambos os casos, práticas de controle da leitura atingiram um novo patamar, tornando-se efetivamente práticas de censura ao livro e à leitura. Posteriormente, neste capítulo, também serão analisados materiais sobre o episódio de censura ao livro ocorrido na Fundação Cultural Palmares.

3.3 Análises: censura na Bienal do Livro e na Fundação Palmares;

Em relação aos materiais analisados sobre o episódio de censura ocorrido na Bienal do Livro do Rio de Janeiro, ao realizar uma análise das postagens de internautas da rede social Twitter sobre o incidente, observei que havia uma repetição da palavra de ordem “Não vai ter censura” em diversas mensagens publicadas sobre o evento. No entanto, o enunciado negativo era atravessado por uma complexa rede de produção de sentidos sobre o ocorrido: primeiro, havia a questão da homofobia envolvida no caso, pelo fato de Crivella ter censurado as obras com temáticas LGBTQIA+; depois, havia também a questão da inconstitucionalidade da supressão da liberdade de expressão e pensamento que

caracterizava o recolhimento ideológico de obras em um evento literário. Dessa forma, abaixo, podemos observar um quadro em que foi selecionada uma amostra de mensagens publicadas no Twitter que continham o termo “Não vai ter censura”. As mensagens analisadas foram coletadas em agosto de 2020, acessando o site do Twitter. Os termos de pesquisa utilizados na ferramenta de busca do Twitter para encontrar as postagens foram “Não vai ter censura bienal”:

Quadro 13 – Análise das mensagens postadas com o enunciado “Não vai ter censura”:

Marca destacada:	Tema da marca destacada:	Sentidos de negação:	Afirmações subjacentes:
<p>“<u>Não vai ter censura</u>”, gritam manifestantes na Bienal do Livro do Rio. Na sequência, leram o artigo 5º da Constituição Federal.”</p>	<p>Censura ao livro na Bienal do Rio</p>	<p><u>Não</u> vai ter censura ao livro; <u>Não</u> vai ter homofobia; <u>Não</u> vai ter proibição; <u>Não</u> vai ter intolerância; <u>Não</u> vai ter apreensão de livros; <u>Não</u> vai ter controle do que pode ser lido; <u>Não</u> vai ter supressão de direitos; <u>Não</u> vai ter inconstitucionalidade; <u>Não</u> vai ter ódio; <u>Não</u> vai ter preconceito;</p>	<p>Vai ter censura ao livro; Vai ter homofobia; Vai ter proibição; Vai ter apreensão de livros; Vai ter controle do que pode ser lido; Vai ter supressão de direitos; Vai ter inconstitucionalidade; Vai ter ódio; Vai ter preconceito;</p>
<p>“Manifestantes protestam contra censura imposta pelo prefeito do Rio Marcelo Crivella e autorizada pela Justiça que atinge obras com conteúdo LGBT na Bienal do Livro. Ato tomou pavilhões aos gritos de “<u>não vai ter censura</u>” e leitura de trechos da Constituição que proíbem</p>	<p>Censura ao livro na Bienal do Rio</p>	<p><u>Não</u> vai ter censura ao livro; <u>Não</u> vai ter homofobia; <u>Não</u> vai ter proibição; <u>Não</u> vai ter intolerância; <u>Não</u> vai ter apreensão de livros; <u>Não</u> vai ter controle do que pode ser lido; <u>Não</u> vai ter supressão de direitos; <u>Não</u> vai ter inconstitucionalidade; <u>Não</u> vai ter ódio; <u>Não</u> vai ter preconceito;</p>	<p>Vai ter censura ao livro; Vai ter homofobia; Vai ter proibição; Vai ter apreensão de livros; Vai ter controle do que pode ser lido; Vai ter supressão de direitos; Vai ter inconstitucionalidade; Vai ter ódio; Vai ter preconceito;</p>

censura.”			
“Aos gritos de " <u>Não vai ter censura</u> ", público da Bienal do Rio protesta recolhimento de obras LGBTQ no evento”	Censura ao livro na Bienal do Rio	<u>Não</u> vai ter censura ao livro; <u>Não</u> vai ter homofobia; <u>Não</u> vai ter proibição; <u>Não</u> vai ter intolerância; <u>Não</u> vai ter apreensão de livros; <u>Não</u> vai ter controle do que pode ser lido; <u>Não</u> vai ter supressão de direitos; <u>Não</u> vai ter inconstitucionalidade; <u>Não</u> vai ter ódio; <u>Não</u> vai ter preconceito;	Vai ter censura ao livro; Vai ter homofobia; Vai ter proibição; Vai ter apreensão de livros; Vai ter controle do que pode ser lido; Vai ter supressão de direitos; Vai ter inconstitucionalidade; Vai ter ódio; Vai ter preconceito;
“ <u>Não vai ter censura!</u> Encerrando a Bienal com muito amor e união.”	Censura ao livro na Bienal do Rio	<u>Não</u> vai ter censura ao livro; <u>Não</u> vai ter homofobia; <u>Não</u> vai ter proibição; <u>Não</u> vai ter intolerância; <u>Não</u> vai ter apreensão de livros; <u>Não</u> vai ter controle do que pode ser lido; <u>Não</u> vai ter supressão de direitos; <u>Não</u> vai ter inconstitucionalidade; <u>Não</u> vai ter ódio; <u>Não</u> vai ter preconceito;	Vai ter censura ao livro; Vai ter homofobia; Vai ter proibição; Vai ter apreensão de livros; Vai ter controle do que pode ser lido; Vai ter supressão de direitos; Vai ter inconstitucionalidade; Vai ter ódio; Vai ter preconceito;
“ <u>NÃO VAI TER CENSURA! NÃO VAI TER CENSURA!</u> Protesto na Bienal do Rio contra o autoritarismo do prefeito Crivella. #LeiaComOrgulho”	Censura ao livro na Bienal do Rio	<u>Não</u> vai ter censura ao livro; <u>Não</u> vai ter homofobia; <u>Não</u> vai ter proibição; <u>Não</u> vai ter intolerância; <u>Não</u> vai ter apreensão de livros; <u>Não</u> vai ter controle do que pode ser lido; <u>Não</u> vai ter supressão de direitos; <u>Não</u> vai ter inconstitucionalidade; <u>Não</u> vai ter ódio; <u>Não</u> vai ter preconceito;	Vai ter censura ao livro; Vai ter homofobia; Vai ter proibição; Vai ter apreensão de livros; Vai ter controle do que pode ser lido; Vai ter supressão de direitos; Vai ter inconstitucionalidade; Vai ter ódio; Vai ter preconceito;

<p>“<u>NÃO VAI TER CENSURA!!!!</u> Pablo Vittar faz protesto em show sobre preconceito na Bienal e junto com o público todos se beijam em protesto.”</p>	<p>Censura ao livro na Bienal do Rio</p>	<p><u>Não</u> vai ter censura ao livro; <u>Não</u> vai ter homofobia; <u>Não</u> vai ter proibição; <u>Não</u> vai ter intolerância; <u>Não</u> vai ter apreensão de livros; <u>Não</u> vai ter controle do que pode ser lido; <u>Não</u> vai ter supressão de direitos; <u>Não</u> vai ter inconstitucionalidade; <u>Não</u> vai ter ódio; <u>Não</u> vai ter preconceito;</p>	<p>Vai ter censura ao livro; Vai ter homofobia; Vai ter proibição; Vai ter apreensão de livros; Vai ter controle do que pode ser lido; Vai ter supressão de direitos; Vai ter inconstitucionalidade; Vai ter ódio; Vai ter preconceito;</p>
<p>“no dia 7 de Setembro de 2019, na saída da Bienal do Livro no Rio de Janeiro, o brasileiro levantou seu livro e gritou:</p> <p><u>NÃO VAI TER CENSURA”</u></p>	<p>Censura ao livro na Bienal do Rio</p>	<p><u>Não</u> vai ter censura ao livro; <u>Não</u> vai ter homofobia; <u>Não</u> vai ter proibição; <u>Não</u> vai ter intolerância; <u>Não</u> vai ter apreensão de livros; <u>Não</u> vai ter controle do que pode ser lido; <u>Não</u> vai ter supressão de direitos; <u>Não</u> vai ter inconstitucionalidade; <u>Não</u> vai ter ódio; <u>Não</u> vai ter preconceito;</p>	<p>Vai ter censura ao livro; Vai ter homofobia; Vai ter proibição; Vai ter apreensão de livros; Vai ter controle do que pode ser lido; Vai ter supressão de direitos; Vai ter inconstitucionalidade; Vai ter ódio; Vai ter preconceito;</p>
<p>“Na quinta-feira (5), o prefeito Crivella solicitou que cópias do HQ "Vingadores, a cruzada das crianças" fossem retiradas da Bienal. A publicação traz um beijo entre dois homens. A determinação gerou um protesto no sábado. Os manifestantes gritavam “<u>não vai</u></p>	<p>Censura ao livro na Bienal do Rio</p>	<p><u>Não</u> vai ter censura ao livro; <u>Não</u> vai ter homofobia; <u>Não</u> vai ter proibição; <u>Não</u> vai ter intolerância; <u>Não</u> vai ter apreensão de livros; <u>Não</u> vai ter controle do que pode ser lido; <u>Não</u> vai ter supressão de direitos; <u>Não</u> vai ter inconstitucionalidade; <u>Não</u> vai ter ódio; <u>Não</u> vai ter preconceito;</p>	<p>Vai ter censura ao livro; Vai ter homofobia; Vai ter proibição; Vai ter apreensão de livros; Vai ter controle do que pode ser lido; Vai ter supressão de direitos; Vai ter inconstitucionalidade; Vai ter ódio; Vai ter preconceito;</p>

<u>ter censura</u> ".”			
“ <u>Não vai ter censura</u> ♥ □ que dia que bienal”	Censura ao livro na Bienal do Rio	<u>Não</u> vai ter censura ao livro; <u>Não</u> vai ter homofobia; <u>Não</u> vai ter proibição; <u>Não</u> vai ter intolerância; <u>Não</u> vai ter apreensão de livros; <u>Não</u> vai ter controle do que pode ser lido; <u>Não</u> vai ter supressão de direitos; <u>Não</u> vai ter inconstitucionalidade; <u>Não</u> vai ter ódio; <u>Não</u> vai ter preconceito;	Vai ter censura ao livro; Vai ter homofobia; Vai ter proibição; Vai ter apreensão de livros; Vai ter controle do que pode ser lido; Vai ter supressão de direitos; Vai ter inconstitucionalidade; Vai ter ódio; Vai ter preconceito;
“Neste momento na Bienal. Manifestação contra a Censura de Crivella. Não nos calaremos! <u>Não vai ter censura!</u> #CensuraNaBienal #BienalReisite”	Censura ao livro na Bienal do Rio	<u>Não</u> vai ter censura ao livro; <u>Não</u> vai ter homofobia; <u>Não</u> vai ter proibição; <u>Não</u> vai ter intolerância; <u>Não</u> vai ter apreensão de livros; <u>Não</u> vai ter controle do que pode ser lido; <u>Não</u> vai ter supressão de direitos; <u>Não</u> vai ter inconstitucionalidade; <u>Não</u> vai ter ódio; <u>Não</u> vai ter preconceito;	Vai ter censura ao livro; Vai ter homofobia; Vai ter proibição; Vai ter apreensão de livros; Vai ter controle do que pode ser lido; Vai ter supressão de direitos; Vai ter inconstitucionalidade; Vai ter ódio; Vai ter preconceito;
“Mais protestos na Bienal do Livro. Dezenas de pessoas passaram pelos corredores com livros de temática LGBT nas mãos gritando “ <u>Não vai ter censura!</u> ””	Censura ao livro na Bienal do Rio	<u>Não</u> vai ter censura ao livro; <u>Não</u> vai ter homofobia; <u>Não</u> vai ter proibição; <u>Não</u> vai ter intolerância; <u>Não</u> vai ter apreensão de livros; <u>Não</u> vai ter controle do que pode ser lido; <u>Não</u> vai ter supressão de direitos; <u>Não</u> vai ter inconstitucionalidade; <u>Não</u> vai ter ódio; <u>Não</u> vai ter preconceito;	Vai ter censura ao livro; Vai ter homofobia; Vai ter proibição; Vai ter apreensão de livros; Vai ter controle do que pode ser lido; Vai ter supressão de direitos; Vai ter inconstitucionalidade; Vai ter ódio; Vai ter preconceito;

Em relação aos materiais analisados sobre a FCP, durante a terceira apresentação do meu projeto que fiz aos colegas do grupo de pesquisa, quando já havia incluído o incidente de censura ocorrido na Fundação Cultural Palmares entre meus pontos de interesse da pesquisa, optei por trazer um exercício de análise do primeiro capítulo do relatório publicado pela FCP, intitulado “Parte 1: Síntese do Conteúdo”. Nesse exercício, utilizei a noção de negação polêmica formulada por Ducrot (1987) para analisar marcas de negação em enunciados presentes ao longo do texto deste capítulo do relatório. Inicialmente, organizei a análise de seis enunciados que se referiam diretamente ao acervo da Fundação Cultural Palmares:

Quadro 14 – Enunciados sobre o acervo da FCP presentes no capítulo 1 do documento “Retrato do Acervo”:

O acervo da Fundação Palmares...
<u>Não</u> cumpre sua missão institucional
É a reprodução de uma mentalidade revolucionária e <u>alheia</u> à realidade do negro
<u>Não</u> forma pessoas devotadas ao trabalho, ao crescimento pessoal e ao respeito ao próximo
Contém material totalmente <u>desviante</u> da missão institucional
É <u>estancado</u> nos anos 1970 e 1980
É <u>inadequado</u> para fins educacionais

Fonte: O autor, 2022

Em seguida, busquei relacionar as marcas de negação destacadas com um sentido de negação materializado na figura da palavra “não”. Importante observar que foi nesse momento que tive a ideia de considerar o prefixo de negação como efetivamente uma marca de negação, como no caso da palavra “desviante” (posteriormente, selecionei uma amostragem de enunciados com o prefixo de negação “Des” para produzir o cópulus deste capítulo):

Quadro 15 – Sentido de negação das marcas de negação destacadas nos enunciados presentes no capítulo 1 do documento “Retrato do Acervo”:

Sentido de negação:
O acervo <u>não</u> cumpre sua missão institucional
O acervo <u>não</u> tem relação com a realidade do negro
O acervo <u>não</u> forma pessoas devotadas ao trabalho, ao crescimento pessoal e ao respeito ao próximo
O acervo <u>não</u> segue a missão institucional
O acervo <u>não</u> está atualizado
O acervo <u>não</u> é adequado para fins educacionais

Fonte: O autor, 2022

Por fim, busquei depreender enunciados subjacentes ao sentido de negação analisado, considerando a marca de negação “não” como uma marca de negação polêmica que polemiza com implícitos sobre o acervo da FCP:

Quadro 16 – Enunciados subjacentes depreendidos da marca de negação polêmica “não” sobre o acervo da FCP:

Implícitos (Pólo bolsonarista):
Nós sabemos quais obras cumprem a missão institucional
Nós sabemos quais obras têm relação com a realidade do negro
Nós sabemos quais obras formam as pessoas "corretas"
Nós sabemos quais obras seguem a missão institucional
Nós sabemos quais obras estão atualizadas
Nós sabemos quais obras são adequadas para fins educacionais

Fonte: O autor, 2022

Esse exercício de análise produzido para a apresentação ao grupo de pesquisa foi importante para que eu entendesse que, de maneira geral, a negação era uma marca importante no texto do capítulo do documento da FCP. Novamente, a dissimetria entre enunciados negativos e positivos foi um ponto importante na análise dos materiais da pesquisa. Abaixo, podemos observar uma tabela onde foram selecionada uma amostragem com os enunciados que contivessem o prefixo de negação “des” como marca de negação polêmica:

Quadro 17 – Enunciados com o prefixo de negação “des” presentes no documento “Retrato do Acervo”, publicado pela FCP:

Marca destacada:	Tema da marca destacada:	Sentidos de negação:	Afirmações subjacentes:
Caro cidadão brasileiro, você tem em mãos o primeiro volume de dois relatórios que descortinam o acervo da Fundação	O acervo da FCP	A verdade sobre o acervo não foi revelada; O verdadeiro acervo não é conhecido;	O acervo da FCP é público; O acervo da FCP é conhecido; O acervo da FCP é transparente;

Cultural Palmares.			
São dois estudos que desmistificam a suposta existência de um “grandioso acervo”.	O acervo da FCP	A verdade sobre a grandiosidade do acervo não foi revelada; A grandiosidade do acervo não é verdadeira;	O acervo da FCP é grandioso; O acervo da FCP é importante; O acervo da FCP é valioso;
Cada livro é escrito com um objetivo declarado ou velado. Ele pode educar ou deseducar . Pode informar ou desinformar.	O livro em geral	O livro não educa; O livro não ensina; O livro não é importante;	O livro educa; O livro ensina; O livro é importante;
Cada livro é escrito com um objetivo declarado ou velado. Ele pode educar ou deseducar. Pode informar ou desinformar .	O livro em geral	O livro não informa; O livro não é confiável; O livro não diz a verdade;	O livro informa; O livro é confiável; O livro diz a verdade;
Contém material totalmente desviante da missão institucional, tais como os de cunho sexualizador, bandidólatra, revolucionário de guerrilha, além de obras bizarras sobre os mais diversos temas, tais como discos voadores, viagens astrais e lobisomens.	As temáticas dos livros no acervo da FCP	O acervo não cumpre sua missão institucional; As temáticas dos livros no acervo não são importantes;	O acervo cumpre sua missão institucional; As temáticas dos livros no acervo da FCP são importantes;
É inadequado para fins educacionais, uma vez que,	O acervo da FCP	O acervo não é atualizado; O acervo não é importante; O	O acervo é atual; O acervo é importante; O acervo produz

<p>além de <u>desatualizado</u> do ponto de vista do atual estágio da produção do conhecimento, é anterior à reforma gramatical que passou a ser aplicada parcialmente em 2009 e total e obrigatoriamente a partir de 2016.</p>		<p>acervo <u>não</u> serve para produzir conhecimento; O acervo <u>não</u> educa; O acervo <u>não</u> ensina;</p>	<p>conhecimento; O acervo educa; O acervo ensina;</p>
<p>O acervo real, defasado, <u>desvirtuado</u> e sem valor como material de formação de cidadãos conscientes da participação do negro em nossa sociedade e história, contrasta brutalmente com o acervo imaginário que a esquerda brasileira vem divulgando ao longo dos anos.</p>	<p>O acervo da FCP</p>	<p>O acervo <u>não</u> possui valor; O acervo <u>não</u> é importante; O acervo <u>não</u> serve para o negro;</p>	<p>O acervo possui valor; O acervo é importante; O acervo serve para o negro;</p>
<p>Outra manobra foi a de colocar como “riqueza” do acervo obras absolutamente <u>desatualizadas</u> e alheias à temática negra, a exemplo de uma enciclopédia Barsa de 1972 e alguns volumes de 2003, 2004 e 2005.</p>	<p>O acervo da FCP</p>	<p>O acervo <u>não</u> possui obras atualizadas; O acervo <u>não</u> possui valor; O acervo <u>não</u> é importante;</p>	<p>O acervo é atualizado; O acervo possui valor; O acervo é importante;</p>

<p>Hoje, quem desejar ler na Palmares, por exemplo, “Papéis Avulsos”, de Machado de Assis, encontrará uma edição de 1938, a qual prestará um <u>desserviço</u> ao estudante brasileiro, pois ele aprenderá a escrever “chronica” em vez de crônica;</p>	<p>O acervo da FCP</p>	<p>O acervo <u>não</u> serve para o leitor; O acervo <u>não</u> possui valor; O acervo <u>não</u> é importante;</p>	<p>O acervo serve para o leitor; O acervo possui valor; O acervo é importante;</p>
<p>Quem consultar o clássico “Dicionário do Folclore Brasileiro” terá em mãos um livro não só gramatical e ortograficamente <u>desatualizado</u>, mas com páginas soltas e exibindo um forte cheiro de mofo.</p>	<p>O acervo da FCP</p>	<p>O acervo <u>não</u> possui obras atualizadas; O acervo <u>não</u> possui valor; O acervo <u>não</u> é importante;</p>	<p>O acervo é atualizado; O acervo possui valor; O acervo é importante;</p>
<p>Há também os livros não só <u>desconectados</u> da temática negra, mas também completamente esdrúxulos, a exemplo do “Parapsicologia e os Discos Voadores” e o “Armagedon na Cidade do Pará”;</p>	<p>O acervo da FCP</p>	<p>O acervo <u>não</u> possui conexão com a temática negra; O acervo <u>não</u> possui valor; O acervo <u>não</u> é importante;</p>	<p>O acervo possui conexão com a temática negra; O acervo possui valor; O acervo é importante;</p>

Fonte: O autor, 2022

Enquanto os enunciados analisados sobre a censura na Bienal do Livro foram produzidas por um polo discursivo nomeado como como “polo censurado”, os

enunciados presentes no documento “Retrato do Acervo” publicado pela Fundação Cultural Palmares para justificar o descarte de livros de sua biblioteca foram produzidos por um polo discursivo nomeado como “polo censor”. No caso das mensagens sobre a Bienal do Livro, a análise das marcas de negação a partir da concepção de negação polêmica nos permitem depreender afirmações subjacentes sustentadas pelo polo censor; e no caso das mensagens do relatório da FCP sobre o descarte de livros de sua biblioteca, as marcas de negação nos permitem depreender afirmações subjacentes sustentadas pelo polo censurado. Abaixo, temos um quadro que ilustra essa dinâmica de produção de sentidos:

Quadro 18 – Dinâmica de produção de sentidos entre as marcas de negação e os enunciados afirmativos subjacentes:

	Enunciado 1 sobre o livro:	Enunciado 2 sobre o livro:
DITO (Enunciados com negações polêmicas)	<u>Não</u> vai ter censura; (Polo censurado)	O livro <u>não</u> educa; (Polo censor)
NÃO DITO (Enunciados afirmativos subjacentes)	Vai ter censura; (Polo censor)	O livro educa; (Polo censurado)

Fonte: O autor, 2022

Mesmo em se tratando de dois casos de censura ao livro ocorridos no mesmo contexto de escalada das práticas de controle da leitura a partir da ascensão de um governo de extrema-direita no país, cada polo discursivo vai produzir sentidos sobre um polo oposto. As vozes dos internautas em protesto contra a censura ao livro na Bienal nos permitem depreender sentidos sobre os censores; da mesma forma que as vozes dos censores buscando justificar o descarte ideológico de livros nos permitem depreender sentidos sobre os censurados. Existe, então, não só uma dissimetria entre enunciados negativos e afirmativos, como também uma dissimetria entre posicionamentos políticos e, principalmente, entre a produção de sentidos

sobre o livro. Para o censor, o livro não educa e deve ser censurado; para o censurado, o livro educa e não deve ser censurado. Nesse sentido, o polo censor, permeado por enunciadores bolsonaristas, parece estabelecer uma relação entre as concepções de educação e censura: “aquilo que não educa, deve ser censurado”. E o que entra em jogo nessa disputa é justamente a concepção de educação e do que significa ser educado. Enquanto os censores buscam prescrever aquilo que eles consideram adequados para se educar, os censurados enaltecem a importância da liberdade de expressão e pensamento para a educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De maneira geral, falar dos ataques ao livro ocorridos em nosso país nos últimos anos, também é falar de um dos pilares sustentadores do bolsonarismo: o preconceito. O projeto de lei que prevê a tributação do livro no Brasil é sustentado a partir de uma visão elitista e fundamenta no preconceito de classe, pra dizer que os livros serão taxados porque “pobres não leem”; o recolhimento de livros por uma equipe de censores em um evento literário como a Bienal do Rio de Janeiro é sustentado a partir da homofobia e da intolerância daqueles que consideraram livros com temáticas LGBTQIA+ como “inadequados” para o consumo dos leitores; e o projeto de descartar livros da biblioteca de uma instituição pública como a Fundação Cultural Palmares, sem qualquer embasamento ou critério técnico e baseando-se somente em um discurso raso de negação do racismo e do protagonismo negro, é sustentado a partir do preconceito racial. O elitismo, a homofobia e racismo atravessam completamente as práticas discursivas de controle da leitura e censura ao livro protagonizadas pelo governo Bolsonaro.

A noção de dissimetria foi muito importante para conseguir navegar pela dispersão de enunciados que permeiam as relações sociais que envolvem o livro e a leitura. Foi possível visualizar os embates discursivos entre as vozes em disputas polarizadas: livros e armas; professor e militar; bibliotecas e clubes de tiro; educação e ignorância; liberdade e censura; democracia e autoritarismo; taxaço de livros e taxaço de grandes fortunas. A polifonia em práticas discursivas sobre o livro e a leitura reflete também a polarização política que assaltou nosso país nos últimos anos. Através da análise das negações polêmicas, foi possível depreender enunciados afirmativos subjacentes que se entrelaçam dialogicamente em formações discursivas rizomáticas. Mas não apenas dos enunciados negativos foi possível depreender sentidos: a concepção de afirmação polêmica, embora não seja contemplada pela teoria polifônica de Ducrot, também foi importante para mostrar que, a partir do enunciado afirmativo, é possível visualizar enunciados negativos subjacentes e cartografar redes de sentidos e embates discursivos. A intenção é de aprofundar os estudos sobre a afirmação polêmica em trabalhos futuros.

O uso da cartografia como bússola metodológica foi fundamental para que a pesquisa tomasse os caminhos que tomou. Através da cartografia, pude assumir

uma postura de pesquisador que me permitiu me despir de certos engessamentos metodológicos e ter a liberdade para explorar e realizar experiências, abraçando completamente minhas implicações com a pesquisa. Primeiro, naveguei por entre os textos e discursos circulantes sobre o livro e a leitura, para só então começar a produzir o meu *cópus* e construir minhas ferramentas de análise. O ponto máximo de demonstração da relevância dos processos de implicação para a produção dessa pesquisa foi a relação constante, da pesquisa e do pesquisador, com o coletivo de forças representado pelo grupo de pesquisa em *Análise Cartográfica do Discurso*. Através da metodologia de trabalho do grupo, pude ir coletando as pistas que foram norteando os rumos das investigações, pavimentando meu percurso de trabalho. Cada comentário, interação, *feedback* e contribuição dos colegas do grupo de pesquisa foram essenciais para que a pesquisa continuasse sempre em movimento.

A dimensão processual das práticas de controle da leitura e censura ao livro que busquei acompanhar foi sendo construída ao longo do próprio percurso da pesquisa. E pude observar um trajeto: em um primeiro momento, os livros foram utilizados como ferramentas políticas por eleitores progressistas nas eleições, como uma maneira de se contrapor às armas de fogo e um projeto político absolutamente autoritário; em um segundo momento, após a vitória do projeto autoritário nas eleições, observa-se uma intensificação das práticas de controle da leitura pelo governo eleito, como uma espécie de punição à aqueles que haviam levado livros para votar nas urnas; e por fim, chega-se ao estágio extremo em que práticas de controle da leitura se tornam efetivamente práticas de censura ao livro, com o recolhimento e o descarte de livros considerados inadequados.

A análise da dispersão de enunciados que permeia toda essa complexa rede de sentidos sobre o livro e a leitura pode nos ajudar a apontar possíveis caminhos para a criação e a otimização de políticas públicas de combate à censura e fomento à leitura. Primeiro, é necessário que criemos mecanismos legislativos para impedir a tributação do livro e defender a democratização do acesso à leitura, em iniciativas como por exemplo a do senador Randolfe Rodrigues, que apresentou uma proposta de emenda constitucional (PEC 31/2020) para consolidar a segurança jurídica sobre as políticas que garantem a isenção tributária da indústria do livro no Brasil. É importante reforçar cada vez mais a legislação do livro e da leitura, de maneira a blindar nossos direitos de ataques como na proposta de taxaço do livro apresentada pelo governo Bolsonaro. Outro ponto fundamental para a consolidação

de uma legislação mais forte e eficiente no fomento à leitura no país deve ser a criação de mecanismos de fiscalização do cumprimento das leis sobre o tema. A Lei da Biblioteca Escolar é um exemplo de mecanismo legislativo que, apesar de estabelecer importantes direitos à sociedade brasileira, ainda precisa de ferramentas que possam garantir efetivamente o seu cumprimento.

Ficou evidente também a importância das redes sociais nos movimentos de engajamento e mobilização social em protestos a favor da democratização do livro e da leitura. O uso de *hashtags*, como #LivroSim, #ArmaNão e #DefendaOLivro, permite aos internautas aglomerar mensagens sobre uma determinada causa em torno de um ponto focalizado, facilitando o processo de visibilização da mobilização social. Foi notado um uso recorrente de marcas de afirmação (sim) e negação (não) nos enunciados e palavras de ordem dos protestos analisados, o que pode indicar possibilidades de análises dessas marcas, a partir do conceito de dissimetria (na negação polêmica e na afirmação polêmica), também em mensagens sobre outros temas.

Por fim, como todo trabalho acadêmico, esta pesquisa também deixou lacunas que poderão e deverão ser preenchidas no futuro, a partir de outros trabalhos. Não pretendo esgotar aqui os meus esforços de investigação das práticas discursivas sobre o livro e a leitura no Brasil. E espero que este trabalho possa fomentar debates sobre o tema e ajudar a apontar para possíveis análises, metodologias e soluções para os muitos problemas que permeiam a área do livro e da leitura. Como bibliotecário e leitor, continuarei lutando para construir uma sociedade onde o acesso ao livro seja pleno e democrático.

REFERÊNCIAS

ANUÁRIO Brasileiro da Educação Básica 2019. Todos Pela Educação. [S.l.]: Moderna, 2019.

BIENAL do Rio chega ao fim com editoras reportando aumento nas vendas. Publishnews, 2021. Disponível em: <https://www.publishnews.com.br/materias/2021/12/13/bienal-do-rio-chega-ao-fim-com-editoras-reportando-vendas-recordes#:~:text=No%20entanto%2C%20na%20m%C3%A9dia%2C%20cada,entre%2018%20e%2025%20anos>. Acesso em: 25 out. 2022.

BOLSONARO 'amedronta' dizendo que clubes de tiro podem virar biblioteca. *Veja*, 2022. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/veja-gente/bolsonaro-amedronta-dizendo-que-clubes-de-tiro-podem-virar-biblioteca/>. Acesso em: 12 out. 2022.

BOLSONARO diz que livros didáticos têm "muita coisa escrita". *Exame*, 2020. Disponível em: <https://exame.com/brasil/bolsonaro-diz-que-livros-didaticos-tem-muita-coisa-escrita/>. Acesso em: 12 out. 2022.

BRASIL. Congresso Nacional. Projeto de Lei 3887/2020. Institui a Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços - CBS, e altera a legislação tributária federal. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2258196>. Acesso em: 12 out. 2022.

BRASIL. Congresso Nacional. Projeto de Lei 9484/2018. Altera a Lei 12.244, de 24 de maio de 2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas escolares nas instituições de ensino do País, para dispor sobre uma nova definição de biblioteca escolar e cria o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE). Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=node01gz1e2qx8f8z011s9sn624njye4302663.node0?codteor=1639337&filename=PL+9484/2018. Acesso em: 18 out. 2022.

BRASIL. Lei nº 7.668, de 22 de agosto de 1988. Autoriza o Poder Executivo a constituir a Fundação Cultural Palmares - FCP e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7668.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%207.668%2C%20DE%2022,FCP%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs. Acesso em: 25 out. 2022.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 25 out. 2022.

BRASIL. Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004. Dispõe sobre a Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes sobre a importação de bens e serviços e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/10.865.htm. Acesso em: 06 nov. 2022.

BRASIL. Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Brasília: Presidência da República, 2010. Disponível em: https://crianca.mppr.mp.br/pagina-2191.html#integra_lei. Acesso em: 12 out. 2022.

BRASIL. Medida Provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. Brasília: Presidência da República, 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/Mpv/mpv870.htm. Acesso em: 25 out. 2022.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Comissão de Educação – Taxação de livros e direito à educação e à cultura – 26/04/2021. Youtube, 26 de abril de 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=qO304OG6Csg&ab_channel=C%C3%A2maradoSDeputados. Acesso em: 06 nov. 2021.

CAMPELLO, B. S.; CALDEIRA, P. T. ; LIMAS, R. F. ; SOUSA, T. G. F. . A universalização de bibliotecas nas escolas: reflexos da Lei 12.244. *Ponto de Acesso* (UFBA), v. 10, p. 39-58, 2016.

CARLOS Alves Moura. Fundação Cultural Palmares, 2013. Disponível em: <https://www.palmares.gov.br/?p=29933>. Acesso em: 25 out. 2022.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil. O longo Caminho*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CELSO de Mello, do STF, diz que censura de livros se deve a 'trevas que dominam o poder do Estado'. *Folha de São Paulo*, 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2019/09/celso-de-mello-do-stf-diz-que-censura-de-livros-se-deve-a-trevas-que-dominam-o-poder-do-estado.shtml>. Acesso em: 25 out. 2022.

CONTA outra: Funcionários do MEC recontam contos de fadas em coleção coordenada por discípulo de Olavo de Carvalho. *Quatro Cinco Um*, 2020. Disponível em: <https://quatrocinco.um.folha.uol.com.br/br/noticias/politicas-do-livro/conta-outra>. Acesso em: 12 out. 2022.

CONTRA o armamento, eleitores de Haddad levam livros às urnas. *Exame*, 2018. Disponível em: <https://exame.com/mundo/contra-o-armamento-eleitores-de-haddad-levam-livros-as-urnas/>. Acesso em: 12 out. 2022.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil Platôs*. Rio de Janeiro: Ed. 34 Letras, 1995. v.1.

DEUSDARÁ, B.; ROCHA, D.. Análise cartográfica do discurso: temas em construção. Campinas: Mercado de Letras, 2021.

DIA da Consciência Negra 'propaga vitimismo', diz nomeado para Fundação Palmares após reunião com Bolsonaro. G1, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/12/10/dia-da-consciencia-negra-propaga-vitimismo-diz-chefe-da-fundacao-palmares-apos-reuniao-com-bolsonaro.ghtml>. Acesso em: 25 out. 2022.

DUCROT, O. O dizer e o dito. Campinas: Pontes, 1987.

ELEIÇÃO PRESIDENCIAL NO BRASIL EM 2018. *In*: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2022. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Elei%C3%A7%C3%A3o_presidencial_no_Brasil_em_2018&oldid=64505060. Acesso em: 18 out. 2022.

FONSECA, Edson Nery da. Introdução à Biblioteconomia. Brasília: Briquet de Lemos, 2007.

FOUCAULT, M.. Microfísica do poder. 10. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. Retrato do Acervo: Três décadas de dominação marxista na Fundação Cultural Palmares. 2021. Disponível em: <https://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2021/06/cnirc-01-gab-10-06-21.pdf>. Acesso em: 12 out. 2022.

IFLA. Diretrizes da IFLA para a biblioteca escolar. 2. ed. Traduzido por Rede de Bibliotecas Escolares de Portugal. [S.l.: s.n.], 2016.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. Retratos da Leitura no Brasil. 4. ed. São Paulo: Instituto Pró-Livro, 2016. Disponível em: https://www.prolivro.org.br/wp-content/uploads/2020/07/Pesquisa_Retratos_da_Leitura_no_Brasil_-_2015.pdf. Acesso em: 06 nov. 2022.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. Retratos da Leitura no Brasil. 5. ed. São Paulo: Instituto Pró-Livro, 2020. Disponível em: https://www.prolivro.org.br/wp-content/uploads/2020/12/5a_edicao_Retratos_da_Leitura-_IPL_dez2020-compactado.pdf. Acesso em: 06 nov. 2022.

KURTZ, Gabriela. "Respeita aí": os discursos e a subversão das regras como manifestações de violência simbólica de gênero nos jogos digitais Dota 2 e League of Legends. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

MANIFESTO da Unesco sobre bibliotecas públicas. *Revista Brasileira Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v.7, n.4/6, p.158-163, abr./jun. 1976.

MARCELO Crivella, prefeito do Rio, manda recolher livro da Bienal e gera protestos. G1, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal->

nacional/noticia/2019/09/06/marcelo-crivella-prefeito-do-rio-manda-recolher-livro-da-bienal-e-gera-protestos.ghtml. Acesso em: 12 out. 2022.

NEIL de Grasse Tyson: a mulher e o negro na ciência. *UOL*, 2015. Disponível em: <https://tab.uol.com.br/videos/?id=neil-degrasse-tyson-a-mulher-e-o-negro-na-ciencia-04020D19386CDCB15326>. Acesso em: 18 out. 2022.

PALMEIRA, Renata Guimarães. *Quem quiser comprar uma morada de casas de sobrado*, Aproveite! Oportunidade única: o gênero classificados de imóveis. 2010. 103 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L.. *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2015.

PIMENTEL, Graça; BERNARDES, Liliane; SANTANA, Marcelo. *Biblioteca escolar*. Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

"RACISMO real existe nos Estados Unidos. A negrada daqui reclama porque é imbecil", diz presidente da Fundação Palmares. *Revista Forum*, 2019. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/2019/11/29/racismo-real-existe-nos-estados-unidos-negrada-daqui-reclama-porque-imbecil-diz-presidente-da-fundao-palmares-65134.html>. Acesso em: 25 out. 2022.

RECEITA FEDERAL. Perguntas e Respostas da CBS: Contribuição sobre Bens e Serviços (versão 2 – 2021.04). Disponível em: <https://www.publishnews.com.br/estaticos/uploads/2021/04/K6jGGZPrunLw8Jju4v3W8PbUujrxOxGyrYuVTvW3VFQXv0AICHw5I2KtpuSFJJQm9MgTHVjA4j4AecWO.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2022.

RECEITA Federal diz que pobres não leem livros e defende aumentar tributação. *Folha de São Paulo*, 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2021/04/receita-federal-diz-que-pobres-nao-leem-livros-e-defende-aumentar-tributacao.shtml>. Acesso em: 12 out. 2022.

RETTICH, J.. A cartografia como método: potências e devires para as práticas em análise do discurso. *Fórum Linguístico* (UFSC), v. 17, p. 5429-5441, 2020.

RETTICH, J.. Do visor na porta das salas de aula à mordança nos professores: uma análise discursiva das redes conservadoras do Escola Sem Partido – Projeto de Lei 867/2015. 2018. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://www.bdtd.uerj.br:8443/bitstream/1/6208/1/Juliana%20Silva%20Rettich%20-%20Dissertacao.pdf>. Acesso em: 12 out. 2022.

ROCHA, D.. Representar e intervir: linguagem, prática discursiva e performatividade. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, SC, v. 14, n. 3, p. 619-632, set./dez. 2014.

ROCHA, D.. Polifonia em enunciados negativos: vozes que habitam o dizer “não”. *Delta*, v. 14, fev. 1998. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/delta/a/ksTMkNcwsnbsFvs6hLzxbvH/?lang=pt>. Acesso em: 18 out. 2022.

TWITTER. *In*: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2022. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Twitter&oldid=64483331>. Acesso em: 12 out. 2022.